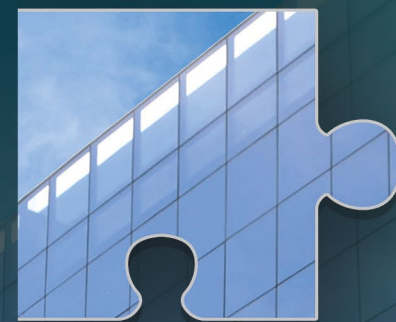


Relatório de Gestão 2025



COCREd

Mais parceria. Mais proximidade.

SICOOCOCRED

CENTRO ADMINISTRATIVO
ANTONIO EDUARDO TO



2025

Ano Internacional
das Cooperativas

Cooperativas constroem
um mundo melhor



Expediente

SICOOB COCRED COOPERATIVA DE CRÉDITO

Av. João Bombonato, 168 | Residencial e Comercial Montecarlo
| Sertãozinho/SP | CEP 14161-050 | (16) 2105.3800
sicoobcocred.com.br

GERÊNCIA DE MARKETING

Adalberto José Igual Junior

COORDENAÇÃO DE MARKETING

Leandro Martins MTB 79729/SP

PROJETO EDITORIAL

Larissa Vieira MTB 95247/SP

PROJETO GRÁFICO E CRIAÇÃO

Fernanda Morais Paschoalin

IMPRESSÃO

Ribergráfica Ltda EPP
CNPJ 01.625.074/0001-86
500 exemplares

OUVIDORIA SICOOB COCRED

0800 725 0996

CRÍTICAS, ELOGIOS E SUGESTÕES

comunicacao@sicoobcocred.com.br

Apresentação

Bem-vindos ao Relatório de Gestão 2025 da **COCRED**. Elaborado anualmente, a partir do levantamento e da análise sistemática dos dados gerados pela cooperativa, este relatório apresenta os resultados econômicos, sociais e ambientais referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025. O documento consolida informações verificáveis sobre o desempenho institucional, incluindo indicadores econômicos, evolução patrimonial e investimentos direcionados a ações em prol das comunidades onde a cooperativa atua.

Fundada em 1969, a **COCRED** tem como propósito “Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade”. Por isso, a adoção de práticas de transparência, gestão responsável e acompanhamento contínuo da satisfação de cooperados e colaboradores orienta a condução e as atividades da cooperativa. No contexto do “Ano Internacional das Cooperativas”, proclamado pela Organização das Nações Unidas (ONU), este relatório apresenta dados que permitem avaliar, de forma objetiva, os impactos gerados pela atuação da **COCRED** ao longo do período.

Em 2025, sob o tema “Cooperativas Constroem um Mundo Melhor”, as ações desenvolvidas demandaram planejamento operacional, cooperação entre áreas e capacidade de adaptação a diferentes cenários. Para assegurar consistência metodológica e comparabilidade das informações, o relatório foi estruturado com base nas normas da *Global Reporting Initiative (GRI)*, referência internacional para relatórios corporativos. O material segue a estrutura geral da edição anterior, com ajustes pontuais e acréscimos que ampliam o nível de detalhamento e facilitam a compreensão dos dados apresentados.

O relatório também mostra como os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela ONU, orientam as iniciativas da cooperativa. Essa vinculação permite relacionar decisões estratégicas, investimentos e ações operacionais a metas globais de desenvolvimento econômico, social e ambiental, possibilitando avaliar como a **COCRED** contribui para a construção de um mundo melhor.

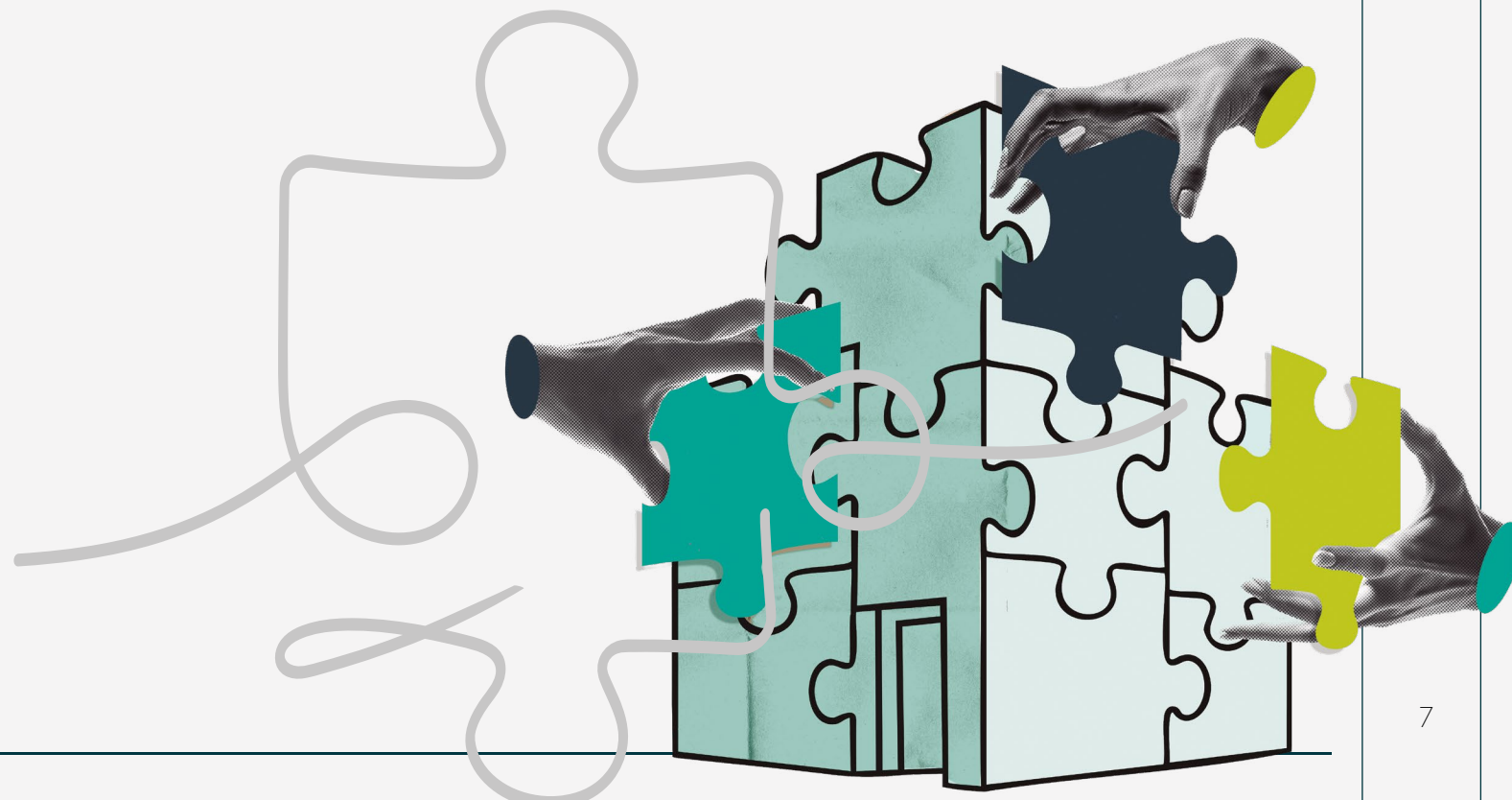




Sumário

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	06
COCRED	08
QUEM SOMOS	10
ONDE ESTAMOS	12
DIRETRIZES ORGANIZACIONAIS	14
PRODUTOS E SERVIÇOS	16
ATENDIMENTO	18
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	20
DESTAQUES 2025	21
GOVERNANÇA	22
ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO	24
SUCESSÃO DE DIRIGENTES	31
COMITÊS E COMISSÕES	32
POLÍTICAS	35
CONTROLES INTERNOS E RISCOS	36
RELACIONAMENTO	38
TIME COCRED	40
EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO	45
SAÚDE E BEM-ESTAR	52
BENEFÍCIOS	56
NOSSOS COOPERADOS	58
PONTUAÇÃO NPS	61

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	62
EDUCAÇÃO FINANCEIRA E COOPERATIVISTA	64
RESPONSABILIDADE COLETIVA	66
RESPEITO AO MEIO AMBIENTE	64
DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO	77
RESULTADOS	78
INDICADORES DE DESEMPENHO	80
VOLUMES MOVIMENTADOS	82
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	84
BALANÇO PATRIMONIAL	86
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS	88
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	89
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	90
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	92
NOTAS EXPLICATIVAS	94
COMITÊ DE AUDITORIA	149
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	151
PARECER DO CONSELHO FISCAL	155





Mensagem da Administração

O encerramento de 2025 representa, para a *COCRED*, a finalização de um ciclo marcado por desafios relevantes no cenário econômico. Ao longo do ano, convivemos com um ambiente de instabilidades externas, volatilidade e taxas de juros elevadas, fatores que exigiram atenção constante e capacidade de adaptação de percursos e estratégias. Mesmo diante desse contexto, a cooperativa manteve sua solidez institucional, registrando resultados consistentes e seguindo fiel ao seu propósito de conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

Esse desempenho é resultado de um trabalho contínuo de aprimoramento de estratégias e ferramentas de gestão, sempre orientado pela perenidade da cooperativa e pelo fortalecimento de nossa relação com os cooperados. Entre os indicadores que traduzem essa trajetória está o volume de ativos, que registrou crescimento superior a 10%, alcançando R\$ 14,2 bilhões. O resultado reafirma a robustez da instituição e faz com que a *COCRED* se mantenha como uma das maiores cooperativas

de crédito do país e uma referência dentro do Sistema de Cooperativas Financeiras do Brasil (Sicoob).

Também ao longo do ano observamos avanços importantes nas captações totais, que reúnem depósitos à vista e investimentos. O volume chegou a R\$ 11,5 bilhões, frente aos R\$ 10,1 bilhões registrados em 2024. Esse aumento de 14% no comparativo entre os dois períodos reflete a confiança dos cooperados na governança e na forma estratégica com que a cooperativa administra os recursos investidos, sempre com foco em segurança e previsibilidade.

Outro indicador relevante é o patrimônio líquido da cooperativa, que evoluiu de R\$ 1,7 bilhão para R\$ 1,9 bilhão, crescimento de aproximadamente 19%. Com esses e outros indicadores alinhados e estáveis, ampliamos nossa capacidade de oferecer crédito, investimentos e soluções financeiras personalizadas, acompanhando os cooperados em momentos decisivos de suas vidas, seja na realização de sonhos pessoais ou na concretização de projetos profissionais.

A *COCRED* se orgulha de cultivar a proximidade como um de seus norteadores, assumindo o compromisso permanente não apenas com o desenvolvimento de seus cooperados, mas também com o fortalecimento das comunidades em que está presente. Esse compromisso se materializa em iniciativas que vão além das soluções financeiras oferecidas no dia a dia, abrangendo também programas e projetos de educação financeira e cooperativista voltados ao coletivo.

Na prática, essas iniciativas levam cultura, conhecimento, saúde e lazer a milhares de pessoas todos os anos. Em 2025, quase 30 mil pessoas foram impactadas por ações de responsabilidade social promovidas pela cooperativa. Todas essas atividades são cuidadosamente planejadas e executadas por um time que não mede esforços para agregar qualidade em tudo o que faz: nossos colaboradores.

Encerramos o ano com 712 profissionais comprometidos em oferecer um atendimento de excelência e em manter os cooperados no centro das decisões e das ações. Esse ambiente de valorização das pessoas também rendeu reconhecimentos conquistados ao longo do ano. A *COCRED* foi premiada como a 17ª melhor empresa para trabalhar no Brasil no ranking de instituições de médio porte da consultoria global Great Place to Work (GPTW). A cooperativa também figurou como a 3ª

melhor empresa para trabalhar no interior de São Paulo e esteve entre as cinco melhores cooperativas de crédito do país para se trabalhar.

Esses resultados refletem o trabalho conjunto do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, de todos os colaboradores e parceiros de negócio, além da confiança permanente dos nossos cooperados, a quem somos gratos pela parceria e caminho trilhado junto. Hoje, mais de 91 mil cooperados somam à cooperativa, com suas histórias, projetos, expectativas e sonhos.

Elaborado com rigor técnico e transparência, este relatório reúne parte significativa das iniciativas desenvolvidas e dos resultados alcançados ao longo dos 365 dias de 2025. São dados compilados que evidenciam o papel da *COCRED* na construção de um mundo melhor, em sintonia com o tema do Ano Internacional das Cooperativas, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 2026, a *COCRED* segue comprometida em fortalecer o desenvolvimento econômico e social das comunidades, ampliando oportunidades, promovendo educação financeira e consolidando relações baseadas na confiança e na cooperação. Afinal, um mundo melhor é construído por nós, todos os dias, juntos.

Giovanni Bartoletti Rossanez
Presidente do Conselho de Administração



Relatório de Gestão 2025

COCRED

QUEM SOMOS

ONDE ESTAMOS

DIRETRIZES ORGANIZACIONAIS

PRODUTOS E SERVIÇOS

ATENDIMENTO

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

DESTAQUES 2025





Quem Somos

Em 2025, sob um contexto de maior visibilidade internacional ao cooperativismo e à sua contribuição socioeconômica, a *COCRED* completou 56 anos de atuação. Fundada em 27 de julho de 1969, a cooperativa oferece produtos e serviços financeiros a diferentes perfis de associados, incluindo produtores rurais, profissionais autônomos e empreendedores urbanos, gerando efeitos diretos sobre o desenvolvimento econômico das regiões onde está presente.

Com origem no interior paulista, em Sertãozinho (SP), a cooperativa se desenvolveu ao longo de mais de cinco décadas, fruto de um processo contínuo de estruturação e aperfeiçoamento organizacional. Figurando entre as maiores e mais sólidas cooperativas de crédito do país, a *COCRED* tem os cooperados como centro de todas as suas ações. É esse compromisso com as pessoas o que orienta as decisões relacionadas ao atendimento, à oferta de soluções financeiras justas e eficientes, assim como às iniciativas voltadas ao desenvolvimento econômico e social das comunidades em que a cooperativa está presente.

O atendimento humanizado e personalizado, um dos principais diferenciais da cooperativa, é também resultado desse compromisso que carrega em si

um conjunto de valores estruturantes como respeito, valorização das pessoas, ética, integridade e simplicidade. Nesse contexto, a cooperativa investe constantemente em governança, tecnologia e capacitação de equipes, o que viabiliza a padronização de processos, o controle operacional e a consistência na entrega de produtos e serviços de qualidade aos cooperados.

Nascida do agronegócio para atender às necessidades de produtores rurais que buscavam fortalecer a atividade agropecuária na região de Sertãozinho, a *COCRED* se orgulha pela consolidação de uma trajetória associada à adoção de valores alinhados aos princípios cooperativistas e à incorporação de práticas voltadas à inovação e à sustentabilidade. A visão da cooperativa sobre justiça financeira se traduz em decisões voltadas à inclusão, à segurança financeira e ao planejamento de longo prazo.

Isso fez com que a cooperativa se mantivesse como referência a quem busca prosperidade no campo, mas também fora dele. Atualmente, o portfólio da *COCRED* inclui produtos financeiros e serviços estruturados para diferentes necessidades, com orientação técnica especializada e acesso a informações de mercado. É isso que faz com que a cooperativa cresça junto aos seus cooperados.





Onde Estamos

A expansão territorial da *COCRED* tem como objetivo a ampliação do acesso ao cooperativismo financeiro no país. Em 2025, a cooperativa esteve presente em 35 municípios nos estados de São Paulo e Minas Gerais, por meio de 41 agências físicas, um Posto de Atendimento 100% digital e participação em uma agência compartilhada no Hub de Inovação Dabi Business Parque, sob gestão da Central Sicoob São Paulo, em Ribeirão Preto (SP).

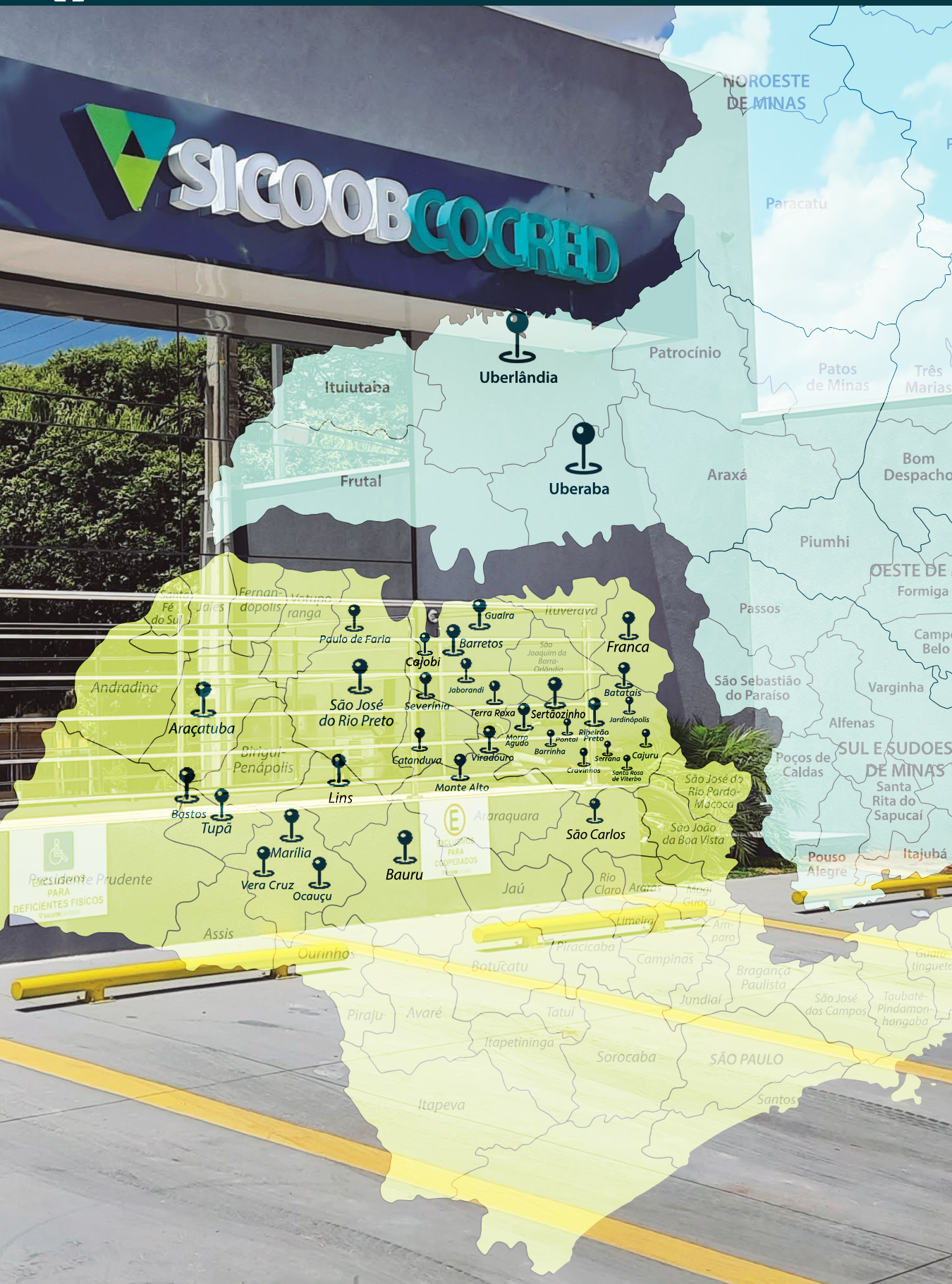
Em um cenário de retração da presença física por parte de instituições financeiras convencionais, a *COCRED* mantém a decisão de investir na abertura, modernização e reinauguração de agências. Essa escolha operacional decorre da avaliação de que a presença local amplia o relacionamento com os cooperados e melhora a capacidade de compreensão das demandas regionais.

Ao longo do ano, essa estratégia se materializou na reinauguração das unidades de Barretos (SP) e Uberlândia (MG), após adequações estruturais voltadas ao atendimento, à segurança, à sustentabilidade e à eficiência operacional. As agências foram reinauguradas em espaços maiores e mais modernos, agregando mais comodidade aos ambientes e melhorando a experiência dos cooperados.

Os projetos de implantação e atualização das agências seguem critérios técnicos alinhados às práticas ESG – sigla em inglês que se refere a “*Environmental, Social and Governance*”. As unidades incorporam soluções voltadas à acessibilidade, à eficiência energética e à redução de impactos ambientais.

Sendo assim, há rampas de acesso, vagas reservadas para pessoas com deficiência, caixas eletrônicos em conformidade com a NBR 15.250/2005, que dispõe sobre a acessibilidade nesses equipamentos, sistemas de climatização eficientes, iluminação em LED e reaproveitamento de água da chuva. Essas escolhas influenciam custos, conforto dos usuários e adequação às normas regulatórias.

Alinhado a essa estratégia, o Planejamento Estratégico da *COCRED* prevê a continuidade da expansão da rede física e digital, mantendo a proximidade como elemento central. A preservação e o fortalecimento do atendimento presencial não se contrapõem à evolução tecnológica, mas complementa ao viabilizar a escuta qualificada, a orientação personalizada e a adaptação das soluções financeiras às realidades locais. Esses fatores seguem orientando as decisões de investimento e crescimento da cooperativa.



Diretrizes Organizacionais

PROPÓSITO

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

VISÃO

Proporcionar a melhor experiência financeira aos nossos cooperados.

VALORES

Respeito e valorização das pessoas;
Cooperativismo e sustentabilidade;
Ética e integridade;
Excelência e eficiência;
Liderança inspiradora;
Inovação e simplicidade.

OS 7 PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO



ADESÃO LIVRE E VOLUNTÁRIA



GESTÃO DEMOCRÁTICA



PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA



AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA



EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO



INTERCOOPERAÇÃO



INTERESSE PELA COMUNIDADE



Diretrizes da Cultura Organizacional

A cultura organizacional da *COCRED*, representada na mandala abaixo, expressa o conjunto de comportamentos e pilares que orientam a atuação da instituição. Com base nesse entendimento, a *COCRED* é norteada, desde 2024, por

um conjunto de ações, práticas e diretrizes de conduta. Esse conjunto guia os colaboradores no desempenho de suas atividades e consolida a identidade corporativa da cooperativa, reforçando seu propósito, sua visão e seus valores.





Produtos e Serviços

Cooperar é atuar junto, unir forças em prol de um mesmo resultado. Por isso, a *COCRED* compreende seus produtos e serviços como instrumentos concretos de transformação e verdadeiros combustíveis para o desenvolvimento de seus cooperados. Cada crédito solicitado movimenta uma engrenagem complexa, que envolve análise técnica, avaliação de riscos, planejamento estratégico e, sobretudo, relações construídas a partir da confiança mútua. Ao longo de mais de 56 anos de história, a cooperativa consolidou um portfólio robusto, cuja composição ocupa lugar central na sua forma de atuar e de se relacionar com as comunidades onde está presente.

Formado por uma ampla gama de produtos e serviços, esse portfólio foi estruturado para atender às diferentes necessidades dos cooperados, respeitando trajetórias, desafios e objetivos que variam conforme o momento de vida e de negócio de cada um. A *COCRED* entende que soluções financeiras eficazes não são padronizadas. Por isso, investe continuamente na qualificação de seus profissionais, que atuam de maneira próxima e consultiva, construindo, em conjunto com os cooperados, estratégias alinhadas à realidade de cada contexto.

No âmbito pessoal, a atuação da cooperativa está voltada à promoção da saúde financeira das famílias. As soluções oferecidas contemplam desde o apoio ao planejamento financeiro do dia a dia até o suporte para realizações de maior porte, como a aquisição de imóveis, veículos,

a viabilização de viagens e a contratação de seguros, sempre com foco na segurança, na previsibilidade e na tranquilidade ao longo do tempo. Essa abordagem permite que decisões importantes sejam tomadas com maior clareza e respaldo técnico.

Já no campo profissional, a *COCRED* direciona seus esforços para o fortalecimento dos negócios, contribuindo com o planejamento financeiro, a organização da gestão e o acesso a recursos adequados a cada fase da atividade econômica. O atendimento contempla tanto quem está dando os primeiros passos no empreendedorismo quanto empresas já consolidadas, que demandam soluções mais estruturadas para sustentar crescimento, inovação e competitividade.

No agronegócio, as soluções acompanham o produtor de forma integrada, desde o preparo da terra, passando pelo plantio, pela manutenção das lavouras, pela colheita, até alcançar a etapa de comercialização e, em muitos casos, a exportação da produção. Os produtos disponíveis são diversos, como a Cédula de Produto Rural Financeira (CPRF), consórcios de pesados, investimentos e financiamentos, entre alternativas que dialogam com a dinâmica do campo.

De maneira contínua, essas soluções são atualizadas para responder às transformações do setor, reconhecido como um dos principais motores da economia brasileira e profundamente conectado às origens da cooperativa, já que o agro faz parte da história e da identidade da *COCRED*.

PESSOA FÍSICA

- Conta Física ou Digital
- Investimentos
- Crédito
- Cartões de Crédito e Débito
- Consórcios
- Cheque Especial
- Seguros
- Poupança
- Portabilidade Salarial

PESSOA JURÍDICA

- Conta Física ou Digital
- Investimentos
- Capital de Giro
- Máquina de cartão | Sipag
- Antecipação de Recebíveis
- BNDES
- Cartões de Crédito e Débito
- Cobrança Bancária
- Consórcios
- Poupança
- Seguros

PRODUTOR RURAL

- Conta Física ou Digital
- Investimentos
- Crédito Rural
- CPRF (Cédula de Produto Rural Financeira)
- Autocred Rural
- BNDES
- Trato Forte
- Cartões de Crédito e Débito
- Consórcios
- Financiamentos



Atendimento

À medida que a *COCRED* amplia sua presença física ano após ano, o fortalecimento dos canais digitais acompanha esse movimento. O ambiente digital integra a estratégia de inovação e eficiência da cooperativa, garantindo que cooperados tenham acesso a produtos e serviços financeiros a qualquer momento e de qualquer lugar, mantendo o padrão de qualidade já reconhecido nas agências. Como parte dessa estrutura, a cooperativa conta com uma agência exclusivamente digital, voltada a quem prioriza agilidade e praticidade, sem abrir mão do atendimento qualificado.

Em 2025, a agência digital atendeu 15.778 cooperados frente aos 11.185 atendidos em 2024. No mesmo período, 251 milhões de transações foram realizadas pelos canais digitais. Entre esses canais, o Super App Sicoob se destaca como uma das principais ferramentas de relacionamento, disponível gratuitamente nas lojas *Apple Store* e *Play Store*.

Desenvolvido com foco em usabilidade e inclusão, o aplicativo segue os padrões do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG), assegurando uma experiência acessível. Em 2024, a parceria com o *Apple Pay* ampliou ainda mais a comodidade para os cooperados, permitindo que usuários do

Sicoobcard, nas bandeiras Mastercard ou Visa, realizem pagamentos por aproximação por meio de *iPhones* e *Apple Watches*, dispensando o uso do cartão físico.

Os canais digitais também incorporam recursos voltados à acessibilidade. A assistente virtual Alice, disponível pelo *WhatsApp* no número (61) 4000-1111, auxilia em consultas de saldo, extrato, limites e esclarecimento de dúvidas gerais. Já a Helen, assistente inclusiva presente no *Super App Sicoob*, no *WhatsApp* e no Telegram, oferece tradução em Libras e leitura de textos em voz, ampliando o acesso a pessoas com deficiência auditiva ou visual.

Complementando essa estrutura, o canal de Ouvidoria, operado em parceria com o Sicoob, disponibiliza atendimento especializado para pessoas com deficiência auditiva ou com dificuldade de fala, por meio do telefone 0800 940 0458, com funcionamento de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h.

Ao investir de forma contínua em tecnologia e acessibilidade, a cooperativa fortalece um modelo de atendimento mais eficiente e inclusivo, assegurando que seus serviços estejam disponíveis de maneira equitativa a todos os cooperados.

Canais de Comunicação

A cooperativa mantém canais permanentes de diálogo para ouvir seus cooperados. Por meio dessas ferramentas (veja a seguir), é possível enviar opiniões, sugestões e críticas, fortalecendo a transparência e a comunicação direta.



FALE CONOSCO

Disponível no site institucional, permite o envio de dúvidas, sugestões e comentários por mensagem de texto.



WHATSAPP

No menu Atendimento, no site institucional, é possível acessar diretamente o *WhatsApp Web* e iniciar uma conversa com a Alice, nossa assistente virtual.



OUVIDORIA

Para cooperados que já entraram em contato pelos canais habituais e não ficaram satisfeitos com as soluções oferecidas: 0800 725 0996, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, e também formulário on-line.



CANAL DE INDÍCIOS DE ILICITUDE

Disponível no site institucional, recebe denúncias sobre indícios de ilicitude de qualquer natureza.



CANAL DE ÉTICA

Por meio de ligação gratuita (0800 900 8090), pelo aplicativo "Contato Seguro" e site, é possível registrar denúncias sobre situações e comportamentos de colaboradores em discordância com o Pacto de Ética.



SOLICITAÇÃO LGPD

Formulário para solicitações relacionadas à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD 13.709/18), garantindo o respeito aos direitos dos usuários e às políticas de privacidade da cooperativa.



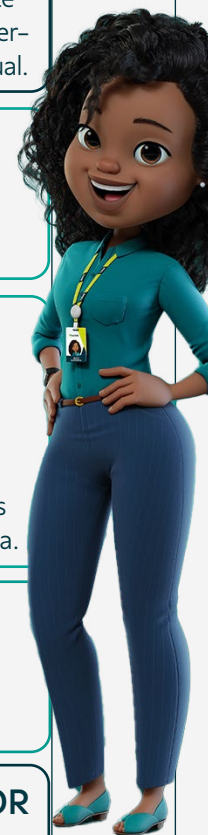
TRABALHE CONOSCO

Em parceria com a Gupy, líder em tecnologia de Recursos Humanos no Brasil, a *COCRED* disponibiliza um portal de vagas e cadastramento de currículos no Banco de Talentos.



SEJA NOSSO FORNECEDOR

Empresas e microempresas interessadas em se tornar fornecedoras ou prestadoras de serviços podem realizar o pré-cadastro no site institucional.





Classificação de Risco

Pelo segundo ano consecutivo, a agência de classificação de risco *Fitch Ratings* elevou o *rating* nacional de longo prazo da *COCRED* em 2025. Desta vez, a cooperativa passou de “A(bra)” para “A+(bra)”, mantendo perspectiva estável. O *rating* nacional de curto prazo foi reafirmado em “F1(bra)”.

De acordo com a *Fitch Ratings*, a decisão reflete a resiliência dos fundamentos de crédito da cooperativa e a expectativa de manutenção da estabilidade financeira e operacional no longo prazo. A elevação do *rating* reforça a solidez das operações da *COCRED*, atualmente uma das maiores cooperativas financeiras do país em volume de ativos, que totalizam R\$ 14,2 bilhões, além de detentora de uma das maiores carteiras de crédito do sistema Sicoob.

O relatório publicado em 3 de abril de 2025, destaca, entre os principais fatores de suporte à classificação, a presença regional consistente e as relações consolidadas com seus cooperados. A *Fitch* também aponta o perfil de risco moderado da cooperativa e menciona a revisão das políticas de *loan-to-value* em 2024, realizada para adequação ao ambiente de juros elevados e às exigências regulatórias de capital.

O documento ressalta ainda a posição de liquidez confortável, o nível adequa-

do de capitalização e a manutenção de rentabilidade resiliente, sustentada por eficiência operacional e receita estável.

O *rating* é uma avaliação técnica do risco de crédito, realizada por agências especializadas, que indica a capacidade de uma instituição honrar seus compromissos financeiros. Considerada uma das três maiores agências de classificação de risco de crédito do mundo, a *Fitch Ratings* foi fundada em 1914 por John Knowles Fitch. Suas sedes estão localizadas em Nova Iorque, nos Estados Unidos, e Londres, na Inglaterra, mas há 36 escritórios espalhados em todo o mundo, inclusive no Brasil.

Risco de Crédito
A+
(bra)

Destaques 2025

Cooperados
91.115

Liberação crédito rural
R\$ 2,07 bi

Municípios presentes
35

+1 PA
digital

Colaboradores
712

Ativos
R\$ 14,2 bi

GPTW





Governança

ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

SUCESSÃO DE DIRIGENTES

COMITÊS E COMISSÕES

POLÍTICAS

CONTROLES INTERNOS E RISCOS





Órgãos de Administração

A **COCRED** é uma cooperativa de crédito singular, com sede em Sertãozinho, classificada como instituição financeira não bancária. É filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo (Sicoob São Paulo) e integra o quadro de acionistas do Banco Sicoob, anteriormente denominado Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob). Suas atividades são reguladas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pelo próprio Estatuto Social.

O modelo de governança adotado pela cooperativa está estruturado na atuação coordenada do Conselho de Ad-

ministração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, com atribuições claramente definidas entre os níveis estratégico e executivo. Essa configuração estabelece critérios objetivos para tomada de decisão e para o exercício das responsabilidades institucionais.

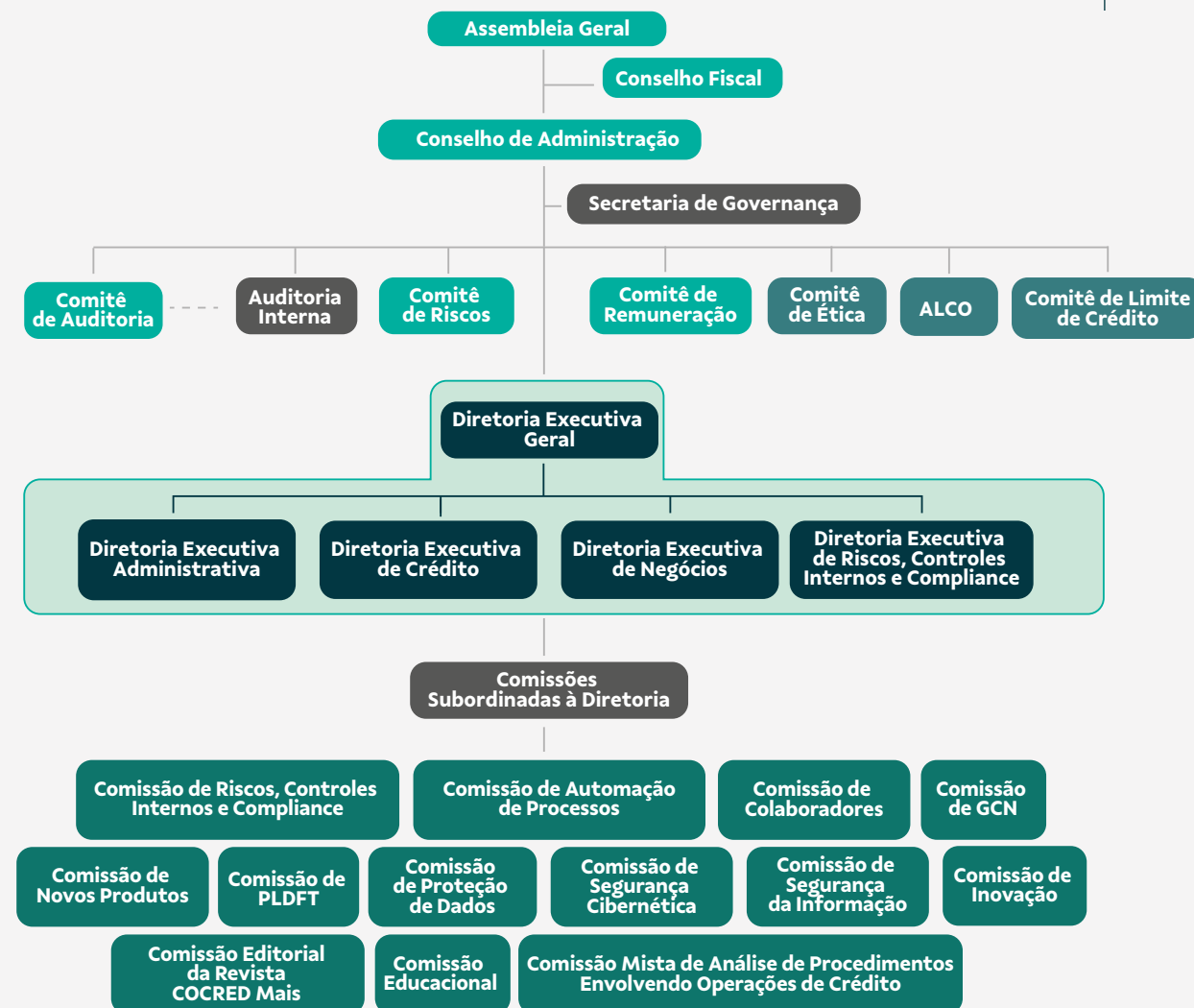
Com mais de 56 anos de atuação, a **COCRED** mantém sua atuação voltada ao apoio financeiro e social dos cooperados e das comunidades onde está inserida, adotando práticas de governança orientadas pelos seis pilares da Agenda Positiva de Governança Corporativa, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), sendo eles:

- Ética e integridade;
- Diversidade e inclusão;
- Ambiental e social;
- Inovação e transformação;
- Transparência e prestação de contas;
- Conselhos futuros.

Também são adotados mecanismos específicos para a prevenção, identificação e tratamento de conflitos de interesse, assegurando que eventuais ocorrências sejam analisadas e conduzidas em conformidade com as diretrizes éticas internas e com as normas

aplicáveis ao sistema financeiro cooperativo. A separação entre as funções de deliberação estratégica e de execução também é observada de forma rigorosa, o que inclui a vedação à acumulação de cargos executivos por membros do Conselho de Administração.

Organograma Geral





Assembleia Geral

No dia 17 de março de 2025, às 9h, a *COCRED* realizou sua Assembleia Geral Extraordinária (AGE) e sua Assembleia Geral Ordinária (AGO), ambas conduzidas em formato digital. A realização do evento permitiu a apresentação formal dos resultados relativos ao encerramento do exercício de 2024 e garantiu aos cooperados acesso direto às informações financeiras, administrativas e institucionais da cooperativa.

Por se tratar de uma sociedade de pessoas, a *COCRED* tem a Assembleia Geral como o seu órgão máximo. Regulamentada com base nos limites da legislação brasileira e do Estatuto Social, o evento conta com condução digital para que seu alcance seja ampliado, possibilitando o acompanhamento simultâneo por cooperados de diferentes localidades.

Durante o evento, diferentes temas foram deliberados, entre eles:

I – Extraordinária:

- Reforma ampla do Estatuto Social;
- Atualização da Política de Controles Internos e Conformidade;
- Atualização da Política de Remuneração dos Administradores;
- Atualização do Regulamento da Atividade de Auditoria Interna.

II – Ordinária:

- Prestação de contas dos órgãos de administração referentes ao exercício de 2024, compreendendo: o Relatório da Gestão, o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo de Sobras ou Perdas, o Parecer da Auditoria Independente, o Relatório do Comitê de Auditoria e o Parecer do Conselho Fiscal;
- Destinação das sobras apuradas e a fórmula de cálculo;
- Fixação da cédula de presença, honorários (pró-labore) e gratificações dos membros do Conselho de Administração, cédula de presença dos membros do Conselho Fiscal e fixação do valor global da remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e Comitê de Riscos;
- Fixação do valor global para pagamento dos honorários (pró-labore), bônus e gratificação natalina dos membros da Diretoria Executiva.

A participação dos cooperados ocorreu conforme o modelo de “uma pessoa, um voto”, assegurando igualdade no poder de decisão, independentemente do volume de capital integralizado. A assembleia representa um espaço efetivo de acompanhamento da gestão, esclarecimento de dúvidas e deliberação sobre temas que influenciam diretamente o desempenho presente e futuro da *COCRED*.

Conselho de Administração

Instância superior de governança estratégica e de supervisão, o Conselho de Administração orienta e acompanha as decisões centrais da cooperativa. É composto por sete conselheiros eleitos em processo democrático, com mandatos de quatro anos e renovação mínima de um terço ao término de cada ciclo. Entre suas atribuições estão a definição das diretrizes administrativas e operacionais, a aprovação do Planejamento Estratégico e o acompanhamento das atividades da Diretoria Executiva, assegurando coerência com o Estatuto Social e

com os princípios do cooperativismo. As reuniões ocorrem mensalmente, com possibilidade de convocação extraordinária sempre que a proteção do capital dos cooperados e a sustentabilidade da cooperativa assim exigirem.

Mandato 2023 a 2027

Giovanni Bartoletti Rossanez | Presidente
Gustavo Z. Sverzut | Vice-Presidente
Ricardo Toniello | Conselheiro
Marco Antônio Paschoal | Conselheiro
Frederico J. Dalmaso | Conselheiro
Rosemary L. Annibal | Conselheira
Sebastião F. Jacintho | Conselheiro



Giovanni Bartoletti Rossanez
Presidente



Gustavo Zanini Sverzut
Vice-Presidente



Ricardo Toniello
Conselheiro



Marco Antônio Paschoal
Conselheiro



Frederico J. Dalmaso
Conselheiro



Rosemary L. Annibal
Conselheira



Sebastião F. Jacintho
Conselheiro

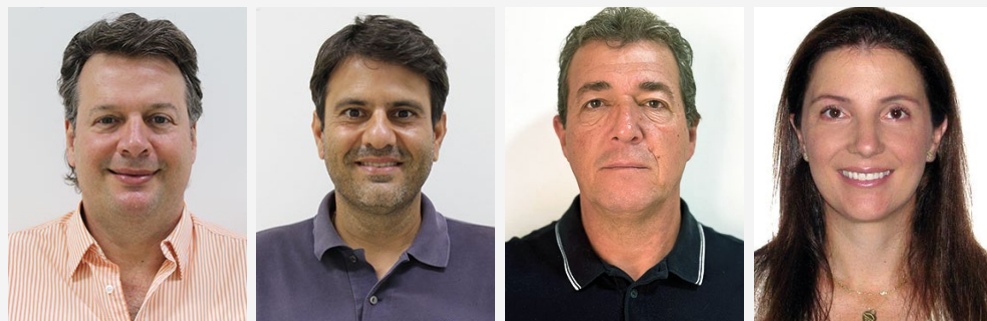
Conselho Fiscal

Com atuação independente, o Conselho Fiscal exerce a função de controle e verificação dos atos da Administração, assegurando a observância das normas legais e estatutárias. Sua composição inclui três membros efetivos e um suplente, eleitos para mandatos de três anos. O colegiado analisa as demonstrações financeiras, examina a regularidade das práticas administrativas e emite pareceres que subsidiam

as deliberações das Assembleias. Diante de situações excepcionais, possui competência para convocar Assembleias Gerais e requisitar apoio técnico de auditores ou especialistas externos.

Mandato 2024 a 2027

Alberto Borges Júnior | Coordenador
Marcelo de Felício | Conselheiro Efetivo
Silvio Lovato | Conselheiro Efetivo
Simone Gallão | Conselheira Suplente



Alberto Borges Júnior
Coordenador

Marcelo de Felício
Conselheiro Efetivo

Silvio Lovato
Conselheiro Efetivo

Simone Gallão
Conselheira Suplente

Diretoria Executiva

Responsável pela condução da gestão operacional, a Diretoria Executiva atua sob a supervisão do Conselho de Administração e é formada por cinco diretores, com mandatos de quatro anos, passíveis de renovação. Cabe ao colegiado implementar as políticas e diretrizes aprovadas, administrar riscos, acompanhar as operações da cooperativa e representá-la em instâncias judiciais e administrativas. Suas decisões e práticas asseguram o funcionamento eficiente da instituição e a aderência às estratégias definidas.

Antonio Cláudio Rodrigues | Diretor Geral
À frente da Diretoria Executiva, o diretor Geral responde pelo alcance das metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Acompanha os resultados econômico-financeiros, avalia oportunidades de expansão, conduz o relacionamento institucional com terceiros e atua como representante da Diretoria em reuniões e processos de prestação de contas. Também exerce papel de articulação entre Diretoria e Conselho, promovendo práticas de governança e iniciativas voltadas ao desenvolvimento da cooperativa.

Ademir José Carota | Diretor Administrativo
A Diretoria Administrativa concentra as áreas de recursos humanos, tecnologia da informação, backoffice, controladoria e outras. Entre suas

responsabilidades estão o acompanhamento da situação econômico-financeira, a elaboração do planejamento orçamentário e a produção de relatórios destinados ao Conselho de Administração. O diretor também supervisiona processos de admissão e desligamento, coordena ações de capacitação da equipe e mantém o relacionamento com fornecedores e parceiros institucionais, em conformidade com as diretrizes estratégicas.

Yuri Zarinello Ferezin | Diretor de Negócios
A estratégia comercial da cooperativa está sob a coordenação do diretor de Negócios, que conduz ações voltadas à expansão sustentável e à qualificação do atendimento aos cooperados. Supervisiona o portfólio de produtos e serviços financeiros, acompanha o desempenho dos Postos de Atendimento e relacionamento. A ativação de negócios também integra seu escopo de atuação, contribuindo para a definição dos caminhos de crescimento institucional.

Marcos Roberto Petri | Diretor de Crédito
O diretor de Crédito responde pela aplicação das políticas de concessão, pelo acompanhamento das operações de empréstimos e financiamentos e pela segurança das transações realizadas. Produz análises periódicas sobre a carteira de crédito, monitora operações em situação irregular e acompa-





nha a correta destinação dos recursos liberados. Sua atuação inclui, ainda, o relacionamento com terceiros e o suporte técnico às demais diretorias em temas relacionados à área.

Juliano dos Santos Bomfim | Diretor de Riscos, Controles Internos e Compliance
A gestão integrada de riscos e a conformidade regulatória estão sob a responsabilidade desta diretoria.

O diretor coordena os sistemas de controles internos, acompanha a segurança da cooperativa, monitora riscos de mercado e de liquidez e implementa a política de prevenção à lavagem de dinheiro. Relatórios e análises são apresentados regularmente ao Conselho de Administração, contribuindo para o alinhamento estratégico da cooperativa em temas de riscos e compliance.



Sucessão de Dirigentes

A *COCRED* adota um processo formal e estruturado de sucessão para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, com o propósito de assegurar a continuidade da gestão, a qualificação permanente da Alta Administração e o alinhamento às diretrizes estratégicas e aos princípios do cooperativismo.

No âmbito do Conselho de Administração, o processo de sucessão está organizado em três eixos distintos. O primeiro contempla cooperados identificados como potenciais candidatos ao cargo de Conselheiro, os quais participam de etapas prévias de mapeamento, sensibilização, aprovação sistêmica prévia e capacitação, preparando-se adequadamente para o processo eleitoral. O segundo perfil abrange conselheiros em exercício no primeiro mandato, que são inseridos em programas estruturados de desenvolvimento, com foco no fortalecimento das competências essenciais à função, por meio de trilhas educacionais oferecidas pelo Sicoob. O terceiro perfil compreende conselheiros reconduzidos, que participam de ações contínuas de capacitação, orientadas por planos de desenvolvimento individuais inseridos no Programa Anual de Treinamentos (PAT).

Em relação à Diretoria Executiva, observando os preceitos do Estatuto Social, que estabelece critérios técnicos e de elegibilidade para os cargos, o plano de sucessão contempla tanto candidatos internos quanto externos, de acordo

com as necessidades estratégicas identificadas. Em 2025, a *COCRED* contratou a consultoria Mercer, especializada em processos de estruturação organizacional e planos de sucessão, com o objetivo de aprimorar as diretrizes institucionais relacionadas à identificação de necessidades técnicas, à construção de trilhas sucessórias e ao mapeamento de perfis. A iniciativa ampliou a abordagem de sucessão, estruturando um pipeline contínuo de talentos, com definição de posições críticas, avaliação de potencial e desempenho, bem como identificação de níveis de prontidão para ocupação de funções-chave. Também foram estabelecidos critérios objetivos para desenvolvimento, movimentação e retenção de talentos, integrando o processo sucessório às práticas de gestão de pessoas e a avaliação de desempenho.

Por fim, a capacitação constitui elemento transversal a todo o processo sucessório. A cooperativa promove, junto a todo o seu quadro de colaboradores, programas contínuos de desenvolvimento por meio do Sicoob Universidade e do Programa Anual de Treinamentos (PAT), fortalecendo a cultura de aprendizado contínuo e preparando as lideranças para os desafios presentes e futuros. Para a formação básica de conselheiros e diretores, são exigidas certificações específicas, como a Certificação de Conselheiros do Sicoob, obrigatória a todos os membros dos órgãos de administração, assegurando a aderência aos requisitos técnicos, regulatórios e às melhores práticas de governança.



Comitês e Comissões

Além dos conselhos e diretoria, a *COCRED* conta com comitês e comissões que fortalecem a governança e apoiam o processo decisório, o acompanhamento de riscos, a conformidade e a execução das estratégias da cooperativa. Essas instâncias atuam com atribuições específicas e caráter consultivo ou técnico, conforme sua finalidade. A seguir, estão relacionados, de forma resumida, os comitês e comissões em vigência no ano de 2025.

Comitê de Auditoria

Subordinado diretamente ao Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria é composto por três integrantes com mandato de quatro anos, coincidente com o do Conselho, admitida recondução por mais um ciclo, desde que ao menos um terço das cadeiras seja renovado. Cabe ao comitê zelar pela integridade das demonstrações financeiras e pela transparência das operações, avaliando a efetividade dos controles internos, a aderência às normas e a adequada mitigação de riscos. Entre seus membros, pelo menos um deve possuir comprovada qualificação na área contábil.

Comitê de Riscos

Também vinculado ao Conselho de Administração, o Comitê de Riscos possui três membros, com mandato de quatro anos e regras de renovação semelhantes às do Comitê de

Auditoria. Trata-se de órgão deliberativo que assessora o Conselho na gestão integrada de riscos e capital, definindo diretrizes e responsabilidades voltadas à solidez e à sustentabilidade da cooperativa. É vedada a participação de integrantes que atuem em decisões executivas.

Comitê de Remuneração

Com função consultiva junto ao Conselho de Administração, o Comitê de Remuneração estabelece diretrizes e define responsabilidades relacionadas à política de remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos. Os critérios adotados consideram o porte, a complexidade operacional, o nível de risco e a realidade econômico-financeira da cooperativa. A fixação dos valores ocorre anualmente na Assembleia Geral Ordinária.

Comitê de Ética

Órgão deliberativo permanente, o Comitê de Ética responde diretamente ao Conselho de Administração e é responsável por analisar e deliberar sobre situações que envolvam possíveis descumprimentos de padrões éticos nas relações internas e externas. Sua atuação considera o Pacto de Ética do Sistema Sicoob, a Política de Condu-

ta e Ética da cooperativa e a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), além de avaliar manifestações recebidas por meio do Canal de Ética.

Comitê de Ativos e Passivos (ALCO)

O Comitê de Ativos e Passivos — ALCO (Asset and Liability Committee) — é a estrutura mais recente implementada pela cooperativa e representa um avanço relevante no amadurecimento de sua governança financeira. A *COCRED* foi pioneira, no segmento de cooperativas de crédito, na adoção de um comitê com esse escopo e configuração.

Estruturado em abril de 2025, o ALCO foi criado para assessorar a Diretoria Executiva na avaliação estratégica do balanço patrimonial. Com atuação ampla, o comitê realiza estudos de cenários macroeconômicos e seus possíveis reflexos sobre ativos e passivos, participa do desenvolvimento e da implementação de políticas internas, acompanha negociações envolvendo ativos financeiros e não financeiros e monitora indicadores que expressam o desempenho econômico-financeiro da cooperativa.

A estrutura colegiada reúne membros da Diretoria Executiva, profissionais de diferentes áreas técnicas e um consultor externo especializado em mercado financeiro, o economista Roberto Dumas Damas. O modelo fortalece a análise multidisciplinar e amplia a qualidade das decisões estratégicas.

Comitê de Limite de Crédito

O Comitê de Limite de Crédito tem caráter deliberativo e é responsável por avaliar e aprovar a concessão ou revisão de limites operacionais destinados a associados ou grupos econômicos. Suas deliberações abrangem situações em que o montante total da exposição, incluindo operações já existentes e novos créditos propostos, alcança ou ultrapassa valor previamente estabelecido.

Comissão de Riscos, Controles Internos e Compliance

Em 2025, a antiga estrutura de comitê foi reclassificada como comissão, passando a se subordinar à Diretoria Executiva. Sua finalidade é apoiar a gestão e o monitoramento de riscos, controles internos e atividades de compliance, contribuindo para o fortalecimento da governança e para a segurança das operações.

Comissão de Automação de Processos

Órgão deliberativo da Diretoria Executiva, a comissão avalia a viabilidade do desenvolvimento de soluções tecnológicas internas e define prioridades de implementação, promovendo ganhos de eficiência e modernização de processos.

Comissão de Colaboradores

Responsável por discutir e deliberar sobre temas relacionados às relações de trabalho, a comissão trata de questões vinculadas ao Acordo Coletivo de Trabalho, ao Programa de Participação nos Resultados e ao Banco de Horas, buscando aprimorar procedimentos e diretrizes internas.

**Comissão de GCN**

A comissão delibera sobre assuntos previstos nos Planos de Continuidade de Negócios, além de acompanhar ações destinadas a assegurar a manutenção das atividades essenciais diante de situações adversas.

Comissão de Inovação

A Comissão de Inovação subsidia a Diretoria Executiva por meio de análises e pareceres relacionados a temas de inteligência e inovação, apoiando decisões estratégicas voltadas à evolução da cooperativa.

Comissão de Novos Produtos

Cabe à Comissão de Novos Produtos analisar propostas de lançamento de produtos e projetos, avaliando seu impacto, relevância, aplicabilidade e viabilidade econômico-financeira antes de eventual implementação.

Comissão de PLDFT

A Comissão de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo assegura a conformidade dos processos internos com a legislação e as normas regulatórias aplicáveis ao tema, fortalecendo os mecanismos de prevenção e controle.

Comissão de Proteção de Dados

A comissão atua na supervisão das práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e com a Política de Proteção de Dados da cooperativa. Também orienta o encarregado de dados quanto às medidas aplicáveis aos titulares.

Comissão de Segurança Cibernética

De caráter consultivo, a comissão assessora a Diretoria Executiva em temas relacionados à segurança cibernética, deliberando sobre diretrizes e ações voltadas à proteção dos ambientes digitais da cooperativa.

Comissão de Segurança da Informação

Responsável por promover a proteção das informações institucionais, a comissão atua como interface tática junto ao departamento de Segurança Corporativa, contribuindo para o fortalecimento das práticas de segurança.

Comissão Editorial da Revista COCRED Mais

A comissão tem por objetivo apoiar as decisões relativas à publicação da Revista COCRED MAIS, por meio da análise de pautas, definição de entrevistados e discussão sobre a abordagem editorial das reportagens.

Comissão Educacional

Órgão deliberativo responsável por disciplinar os processos de solicitação de participação de colaboradores em treinamentos, palestras, seminários, visitas técnicas e demais ações de capacitação.

Comissão Mista de Análise de Procedimentos Envolvendo Operações de Crédito

Promove o alinhamento entre as áreas de Crédito e Negócios e o setor Jurídico, deliberando sobre questões relacionadas à formalização, aditamentos e demais aspectos relevantes das operações de crédito.

Políticas

-  Política de Declaração de Apetite por Riscos (RAS)
-  Política de Alçadas Decisórias
-  Política de Aplicação de Sanções Disciplinares
-  Política de BNDU e DCVB
-  Política de Cálculo de Riscos e Limites (CRL)
-  Política de Cargos e Salários
-  Política de Compras e Contratações
-  Política de Conduta Ética
-  Política de Conduta Ética – Terceiros e Prestadores de Serviços
-  Política de Controles Internos e Conformidade
-  Política de Crédito
-  Política de Estratégia de Investimentos
-  Política de Gerenciamento de Riscos e Capital
-  Política de Gestão de Continuidade de Negócios
-  Política de Gestão do Capital Social
-  Política de Governança Corporativa
-  Política de Privacidade da Sicoob Cocred
-  Política de Proteção de Dados
-  Política de Remuneração dos Administradores
-  Política de Resultado Recorrente e Não Recorrente
-  Política de Segurança Cibernética – Gestão de Vulnerabilidade Técnica
-  Política de Segurança da Informação e Segurança Cibernética
-  Política de Sigilo Bancário
-  Política de Sucessão de Administradores
-  Política de Verificação Cadastral
-  Política de Uso Responsável de IA



Controles Internos e Riscos

A ética e a integridade orientam a atuação da *COCRED* e fundamentam a estrutura de controles internos e compliance da cooperativa. Esse conjunto de práticas tem como objetivo assegurar que as operações sejam conduzidas em conformidade com a legislação vigente, com as normas regulatórias e com os normativos internos que orientam o funcionamento da instituição.

A gestão de riscos é tratada como uma responsabilidade compartilhada entre todas as áreas da cooperativa. Por isso, os colaboradores recebem capacitação contínua para identificar, avaliar e tratar riscos em suas atividades. Para coordenar e fortalecer esse processo, a *COCRED* conta com uma área especializada responsável por implementar práticas de gestão de riscos, acompanhar a exposição da cooperativa a diferentes tipos de risco e monitorar a efetividade dos controles estabelecidos.

Essa estrutura é organizada em quatro departamentos: Controles Internos e Compliance, Gerenciamento de Riscos e Capital, Segurança Corporativa e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, cada um com atribuições específicas dentro do sistema de governança.

Para garantir a efetividade desses mecanismos, a cooperativa adota o modelo das três linhas de defesa, amplamente utilizado em instituições financeiras para fortalecer a governança e assegurar a fiscalização contínua.

1. Primeira linha de defesa:

Composta pelas áreas operacionais e de negócios, é responsável pela execução das atividades da cooperativa e pela gestão direta dos riscos inerentes aos processos.

2. Segunda linha de defesa:

Exercida pelas áreas de controles internos, compliance e gerenciamento de riscos, tem caráter orientador e de supervisão.

3. Terceira linha de defesa:

Representada pela auditoria interna independente, responsável por avaliar de forma objetiva a eficácia dos controles e processos de governança da cooperativa.

Controles Internos e Compliance

Constituem um dos pilares da governança da cooperativa. Por meio deles, a instituição busca garantir a eficiência das operações, a confiabilidade das informações e o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis ao sistema financeiro cooperativo.

Atua na definição, monitoramento e aprimoramento dos mecanismos de controle que orientam as atividades da cooperativa. Também é responsável por acompanhar a conformidade dos processos com a legislação e com os normativos internos, assegurando que as operações sejam conduzidas com ética, transparência e segurança.

Gerenciamento de Riscos e Capital

É uma área que busca identificar, analisar e mitigar eventos que possam impactar as operações ou a sustentabilidade da coo-

perativa. Essa atuação é essencial para fortalecer a capacidade da instituição de responder a mudanças no ambiente econômico, regulatório ou operacional.

Responsável por estabelecer diretrizes, metodologias e parâmetros que orientam a gestão de riscos em toda a organização. Essas diretrizes permitem que os diferentes níveis da estrutura organizacional, da Alta Administração às equipes operacionais, compreendam os riscos associados às atividades da cooperativa e adotem medidas adequadas para sua mensuração, controle e mitigação.

Segurança Corporativa

É responsável pela proteção dos ativos tangíveis e intangíveis da cooperativa. Suas atividades abrangem a implementação de medidas voltadas à preservação da infraestrutura, das informações e do patrimônio institucional, prevenindo ameaças internas e externas.

Realiza a identificação, análise e gestão de riscos relacionados à segurança, adotando mecanismos que asseguram a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade das informações.

A atuação também inclui o monitoramento de atividades potencialmente suspeitas e a resposta a incidentes de segurança.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo

Constitui uma obrigação regulatória para instituições financeiras e integra o conjunto de mecanismos de integridade da cooperativa.

Responsável por estruturar e implementar políticas, procedimentos e controles destinados a impedir que a cooperativa seja utilizada para a realização de atividades ilícitas. Essa atuação ocorre em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central e por demais órgãos reguladores do sistema financeiro.

Canal de Ética

É um instrumento que complementa a estrutura de governança, controles internos e gestão de riscos da cooperativa. Sua finalidade é oferecer um meio seguro para o registro de denúncias relacionadas a condutas inadequadas, irregularidades ou descumprimento de normas.

Por meio desse canal, colaboradores, cooperados, fornecedores, prestadores de serviços e parceiros de negócios da *COCRED* podem relatar situações de forma sigilosa e, se desejarem, anônima.

As manifestações são recebidas e tratadas por uma empresa especializada e independente, garantindo imparcialidade na condução e apuração dos casos.

Desde 2023, a gestão do canal é realizada pela Contato Seguro, organização que atua internacionalmente na operação de canais de denúncia corporativos. As comunicações podem ser feitas por telefone, site ou aplicativo, sem registro de IP ou rastreamento das chamadas, assegurando a confidencialidade das informações e a proteção dos denunciante.



Relatório de Gestão 2025

Relacionamento

TIME COCRED

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO

SAÚDE E BEM-ESTAR

BENEFÍCIOS

NOSSOS COOPERADOS

PONTUAÇÃO NPS



Time COCRED

Para assegurar o pleno funcionamento de sua estrutura e cumprir, de forma consistente, os compromissos assumidos com os cooperados, a COCRED investe continuamente no desenvolvimento de seus colaboradores. A qualificação permanente do time sustenta a entrega de um atendimento alinhado aos princípios cooperativistas e aos valores que orientam a atuação da instituição.

Esse movimento de busca por excelência resulta na formação de equipes plurais, nas quais trajetórias, experiências e perfis distintos contribuem para relações mais próximas, sensíveis às necessidades dos cooperados e fundamentadas na proximidade.

Ao final de 2025, a COCRED contava com 712 colaboradores, dos quais 14,4% se autodeclararam negros ou pardos. O compromisso com a diversidade também se expressa na inclusão de pessoas com deficiência, com a presença de 24 profissionais com algum tipo de deficiência física ou intelectual em seu quadro funcional.

A participação feminina representa 56% do total de colaboradores, com presença ativa nos espaços de governança, incluindo o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. Esse quadro reflete um processo contínuo de fortalecimento da diversidade em posições de liderança, alinhado à visão de longo prazo da cooperativa.



Perfil dos colaboradores

CONTRATO DE TRABALHO E GÊNERO*	HOMEM	MULHER
Permanente	276	365
Temporário	20	10
Estágio	16	25
Total	312	400

*Nos temporários estão contemplados: 14 Aprendizes, 11 Conselheiros e 5 Diretores Executivos.

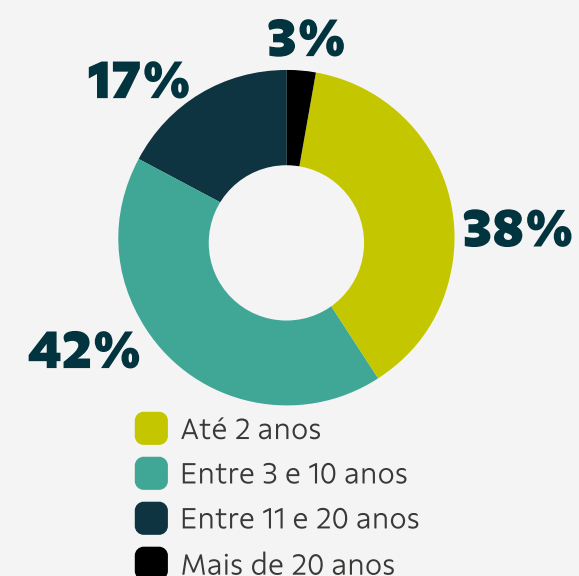
CATEGORIA E GÊNERO	HOMEM	MULHER
Gerencial	80	35
Supervisão	9	8
Administrativo	113	192
Comercial	82	115
Operacional	28	50

RAÇA	TOTAL
Branco	604
Pretos e Pardos	103
Amarelos	5
Indígenas	0

CATEGORIA E IDADE	ABAIXO DE 30	ENTRE 30 E 50	ACIMA DE 50
Gerencial	0	72	43
Supervisão	0	15	2
Administrativo	153	140	12
Comercial	39	128	30
Operacional	36	39	3



TEMPO DE CASA



A distribuição do tempo de casa dos colaboradores revela um dos principais pilares da COCRED: a estabilidade construída ao longo dos anos. Atualmente, 42% do time possui entre 3 e 10 anos de cooperativa, o que evidencia a retenção de profissionais experientes e alinhados à cultura organizacional. Ao mesmo tempo, 38% dos colaboradores têm até 2 anos de casa, indicando um movimento consistente de atração de novos talentos e a renovação contínua do quadro funcional.

Esse equilíbrio entre permanência e renovação se reflete também nos indicadores de rotatividade. Em 2025, o turnover atingiu 23%, índice levemente superior ao registrado em 2024 (21%), mas que precisa ser analisado à luz de mudanças estruturais e estratégicas.

O aumento do índice está associado à manutenção de um padrão elevado de desempenho e aderência cultural, fator que exige ajustes na composição do time. Mesmo nesse cenário, o número de contratações superou o de desligamentos ao longo do período, reforçando a geração de oportunidades, a movimentação interna e a evolução sustentável da cooperativa.

Esse movimento de renovação é reforçado ainda pelos programas estruturados de desenvolvimento de talentos da COCRED. No ano, a cooperativa recebeu oito jovens aprendizes e 28 estagiários. Ao investir desde cedo no desenvolvimento de pessoas, a cooperativa assegura a continuidade de uma equipe qualificada, preparada para sustentar o crescimento e a perenidade do negócio.



Relatório de Gestão 2025

CONTRATAÇÕES	TOTAL	Taxa de contratação
Homem	93	51%
Mulher	88	49%

DESLIGAMENTOS	TOTAL	Taxa de contratação
Homem	65	11%
Mulher	83	12%

CONTRATAÇÃO POR IDADE	TOTAL	Taxa de rotatividade
Abaixo de 30	101	12%
Entre 30 e 50	68	9%
Acima de 50	12	2%

DESLIGAMENTO POR IDADE	TOTAL	Taxa de rotatividade
Abaixo de 30	67	12%
Entre 30 e 50	63	9%
Acima de 50	18	2%

CONTRATAÇÃO POR IDADE	2023	2024	2025
Turnover	17%	21%	23%
Turnover voluntário	14%	15%	17%
Turnover involuntário	17%	16%	17%



R\$ **1,55 mi**
investido em
capacitação
em 2025

Educação, Formação e Informação

O investimento contínuo no desenvolvimento técnico e comportamental dos colaboradores integra a estratégia de fortalecimento institucional e de sustentabilidade organizacional da COCRED, refletindo o compromisso com a valorização do capital

humano e com a qualificação permanente das equipes. Em 2025, a cooperativa destinou R\$ 1.554.600,61 ao Plano Anual de Treinamentos (PAT), consolidando uma política estruturada de capacitação alinhada às necessidades estratégicas do negócio.





Relatório de Gestão 2025

O Plano Anual de Treinamentos contempla ações voltadas ao aprimoramento técnico, desenvolvimento de competências comportamentais e formação em temas estratégicos para o cooperativismo. Ao longo do período, foram realizados 103 cursos, abrangendo diferentes áreas do conhecimento e públicos internos, o que demonstra o compromisso institucional com o aprendizado contínuo e com a preparação dos colaboradores frente às transformações do setor financeiro e às demandas crescentes dos cooperados.

O desenvolvimento profissional também é incentivado por meio do Programa de Bolsa de Estudos, iniciativa que amplia o acesso dos colaboradores à formação acadêmica e especializações. Em 2025, o programa beneficiou 22 profissionais, contribuindo para o fortalecimento da qualificação técnica e para o estímulo à evolução educacional.



22 colaboradores contemplados com bolsas de estudo

377 cursos realizados no Sicoob Universidade

Complementando as ações de capacitação, a cooperativa também promove o acesso à formação por meio do Sicoob Universidade, plataforma digital de aprendizagem que disponibiliza conteúdos atualizados e trilhas formativas alinhadas às competências essenciais do sistema. Em 2025, foram realizados 377 cursos na plataforma, totalizando 350 horas de capacitação.

350 horas de capacitação oferecidas

Relatório de Gestão 2025

Indicadores

A análise da média anual de horas de capacitação demonstra equilíbrio na distribuição das oportunidades de desenvolvimento entre os públicos internos. Em 2025, a média geral foi de 30 horas para homens e 31 horas para mulheres, indicando equidade no acesso às ações de treinamento e reforçando o compromisso institucional com práticas inclusivas de desenvolvimento profissional.

Sob a perspectiva hierárquica, observa-se maior volume de capacitação nos níveis de liderança, refletindo a estratégia de fortalecimento da governança e da gestão de pessoas. O nível gerencial registrou média de 67 horas anuais de capacitação, seguido pela supervisão, com 65 horas. Já as áreas comercial e administrativa apresentaram médias de 30 horas e 23 horas, respectivamente, mantendo níveis consistentes de desenvolvimento técnico e operacional.

MÉDIA DE HORAS DE CAPACITAÇÃO POR ANO, POR COLABORADOR:

2025		2025	
Homem	30:00	Gerencial	67:00
Mulher	31:00	Supervisão	65:00
		Administrativo	23:00
		Comercial	30:00

30 horas anuais em média de capacitação





Relatório de Gestão 2025

Projetos de Capacitação

Entre as iniciativas de maior impacto entre os projetos de capacitação do time de colaboradores da **COCRED** está o MBA em Cooperativismo de Crédito e Agronegócio, lançado em 2024 em parceria com o Instituto Pecege e consolidado ao longo de 2025. Desenvolvido de forma personalizada, o curso aborda temas diretamente conectados ao negócio, como cooperativismo, governança, mercado financeiro, estatística aplicada e agronegócio. Em 2025, 68 colaboradores foram aprovados e concluíram a formação, marcando o encerramento da primeira turma.

O investimento total da cooperativa no programa é de R\$ 650 mil, referentes ao contrato completo do MBA. Apenas em 2025, os aportes somaram R\$ 603.924,45, sendo R\$ 469.444,43 em mensalidades e R\$ 134.480,02 em encontros presenciais. Assim como no ano anterior, os participantes não tiveram custos com mensalidades, materiais ou alimentação, reforçando a valorização do desenvolvimento profissional interno.

Outro destaque é a Academia de Líderes, iniciativa alinhada ao valor da Liderança Inspiradora que guia a cooperativa. Em 2025, o programa reuniu 128 líderes, entre gerentes, coordenadores e analistas sêniores, em uma jornada composta por cinco encontros presenciais e dois encontros online, totalizando 44 horas de capacitação. Ao longo dos encontros, foram trabalhados temas como co-

municação assertiva, *feedback*, gestão do tempo e liderança influente, com a participação de palestrantes como José Salibi Neto, Sandro Magaldi, Paulo Campos, Gloria Vanique e outros.

O programa Líderes do Futuro é outro exemplo de iniciativa de capacitação interna. Iniciado em 2024, seguiu ativo em 2025 com foco na preparação de talentos internos para posições de maior responsabilidade. A iniciativa contou com a participação de 37 colaboradores, entre assistentes, analistas juniores e plenos, distribuídos em seis encontros presenciais, que totalizaram 48 horas de capacitação. Entre os palestrantes estiveram Márcia Angelina Rizzi, Francisco Carlos e Jorge Tadeu Brettas de Godoy.

Também em 2025, a **COCRED** lançou o programa de desenvolvimento “Atendimento de Excelência ao Cooperado”, que capacitou 203 profissionais, entre gerentes de contas, gerentes de Postos de Atendimentos, gerentes administrativos de Postos de Atendimentos, gerentes regionais de Negócios, gerentes regionais Administrativos e consultores de Produtos. O curso foi idealizado em parceria com a Fundação Dom Cabral, escola de negócios entre as 10 melhores instituições de ensino do mundo, segundo *ranking da Financial Times*. Com base nos resultados da pesquisa de satisfação aplicada aos cooperados, em 2024, o programa teve por objetivo atuar no aprimoramento do atendimento, com foco na Visão de “Proporcionar a melhor experiência financeira aos cooperados”.

68 colaboradores formados no **MBA em Cooperativismo de Crédito e Agronegócio**

R\$ 650 mil investidos





Integração

O cuidado com o desenvolvimento dos colaboradores da *COCRED* não começa apenas após anos de casa, mas sim no ingresso à cooperativa. De janeiro a dezembro de 2025, foram realizadas 12 integrações institucionais, que somaram um investimento de R\$ 268.840,68, considerando estrutura, cafés e kits de boas-vindas. O programa de integração proporciona aos novos colaboradores uma imersão de até uma semana na cultura da *COCRED*, com conteúdos institucionais, apresentações das áreas, entrega de kit de integração e momentos de convivência, incluindo almoços com gestores e com a Diretoria Executiva, fortalecendo o vínculo desde os primeiros dias.

DNA de Inovação

A inovação integra a cultura organizacional da *COCRED* e orienta iniciativas internas que estimulam o protagonismo dos colaboradores e a melhoria contínua dos processos. Um dos principais exemplos é o Concurso de Ideias, criado para reconhecer soluções inovadoras desenvolvidas a partir da experiência prática do time. Realizado entre março e abril, o concurso recebeu 215 ideias inscritas. Ao final do processo, três projetos foram premiados, com valores de R\$ 10 mil, R\$ 3.500 e R\$ 1.500, reforçando o reconhecimento ao esforço e à criatividade dos colaboradores.

As propostas foram avaliadas por uma Comissão de Inovação com base em

critérios técnicos, considerando o grau de inovação, o impacto potencial para a *COCRED* e a viabilidade de implantação. A partir dessa avaliação inicial, 30 colaboradores com as maiores pontuações avançaram para uma etapa de capacitação. O grupo participou de uma imersão na PwC Agtech Innovation, em Piracicaba (SP), um dos principais hubs de inovação do agronegócio, onde teve contato com conceitos de inovação tradicional e aberta, criatividade aplicada, design thinking e intraempreendedorismo.

O concurso integrou a programação de lançamento do *inovaCocred*, que também contou com uma palestra de Marcelo Minutti sobre inovação aplicada e um mesacast com Luiz Eduardo Serafim e membros da Comissão de Inovação, ampliando o debate sobre inovação no cotidiano da cooperativa.

Como desdobramento do programa, a cooperativa implantou um canal direto de comunicação entre colaboradores e a Comissão de Inovação, facilitando o envio de sugestões relacionadas à melhoria de processos internos e ao aperfeiçoamento de produtos e serviços.



Programa de Gestão de Desempenho

Como um dos principais instrumentos de desenvolvimento profissional e fortalecimento da cultura de *feedback* na *COCRED*, o Programa de Gestão de Desempenho (PGD) se fortaleceu ainda mais em 2025. Promovendo avaliações periódicas, alinhamento de expectativas e acompanhamento da evolução dos colaboradores, o programa permite que pontos de melhoria sejam identificados de forma estruturada e

que os avanços sejam reconhecidos pelos gestores.

A participação no PGD alcançou quase 100% dos colaboradores, tanto entre homens quanto mulheres, demonstrando a abrangência e a consolidação do programa na rotina da cooperativa. A adesão também se manteve equilibrada entre as áreas, com participação de 99% da Administração, 100% do Comercial, 84% do nível Gerencial e 85% da Supervisão.

2025		2025	
Homem	94%	Gerencial	84%
Mulher	98%	Supervisão	85%
		Administrativo	99%
		Comercial	100%

Capacitação de Dirigentes

Manter os dirigentes permanentemente atualizados é outra frente de interesse da cooperativa pelo desenvolvimento do time e um pilar da sua governança. A cooperativa investe na participação da Alta Administração em eventos estratégicos que reúnem as práticas mais atuais do mercado financeiro, da gestão de riscos, da governança e da inovação.

Durante o ano, os dirigentes participaram de encontros como o Congresso In-

ternacional de Gestão de Riscos (G-Risc) e o Congresso de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, ambos promovidos pela Febraban, além do 26º Congresso do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), do 5º Fórum Integrativo Confebras e do Cooptech Crédito, um dos principais eventos nacionais voltados ao debate sobre tecnologia no cooperativismo financeiro. A presença nesses fóruns e tantos outros contribuiu para decisões mais qualificadas, alinhadas às melhores práticas e aos desafios contemporâneos do setor.

Saúde e Bem-Estar

Cuidar das pessoas também é cuidar da longevidade da cooperativa. Um time saudável, física e emocionalmente, é a base para que a *COCRED* funcione de forma sustentável, engajada e alinhada aos seus valores. Em 2025, a cooperativa investiu R\$ 74.096,99 em programas e iniciativas voltadas à promoção da saúde, do bem-estar e da qualidade de vida dos colaboradores, reforçando

o apoio emocional, social e familiar. A *COCRED* mantém, ainda, uma equipe em plantão 24 horas por dia — inclusive em finais de semana e feriados — para dar suporte em saúde aos colaboradores, garantindo acolhimento e segurança sempre que necessário.

Entre as iniciativas oferecidas estão convênios médicos e odontológicos extensivos aos familiares, sem cobrança de coparticipação; auxílio enxoval para colaboradoras que se tornam mães; programa anual de vacinação contra a gripe; incentivo à prática de atividades físicas e ao bem-estar por meio da parceria com a Wellhub.

Apoio a colaboradores e familiares em situações de

doenças graves; atendimento multiprofissional para pessoas com deficiência; suporte psicológico emergencial; assistência social para casos de maior complexidade; e check-ups anuais para executivos, realizados em hospitais de referência.

R\$ 74.097
em programas
voltados à
promoção
da saúde

uma gestão de pessoas que olha para o indivíduo de forma integral.

O valor foi investido em um conjunto de benefícios e programas que abrangem desde a prevenção e o cuidado com a saúde física até

Programas de Saúde:

- Plano de saúde;
- Plano odontológico;
- Auxílio enxoval;
- Programa de vacinação;
- Wellhub;
- Amparo à família;
- Projeto Acolher;
- Programa de apoio pessoal;
- Assistência social;
- Cartão Farmácia (Ticket Log)
- Check-up anual;
- **Zenklub.**





Relatório de Gestão 2025

Novidade: Zenklub

Em 2025, a COCRED ampliou ainda mais o cuidado com a saúde emocional ao adotar a Zenklub, uma das maiores plataformas de saúde emocional e nutricional do país. A plataforma reúne mais de mil profissionais, entre psicólogos, psicanalistas, nutricionistas, terapeutas holísticos, professores de ioga e coaches de carreira, com atendimentos on-line disponíveis 24 horas por dia, sete dias por semana.

Cada colaborador tem direito a quatro sessões gratuitas por mês, independentemente da especialidade, com duração de 50 minutos cada. É possível escolher livremente o profissional, agendar conforme disponibilidade e realizar os atendimentos pelo aplicativo ou pelo site da Zenklub, nas modalidades de vídeo, áudio ou chat.

Além dos atendimentos, a Zenklub disponibiliza uma ampla biblioteca de conteúdos e ferramentas de apoio emocional, como exercícios de relaxamento e meditação guiada, trilhas de cuidado individual, palestras sobre desenvolvimento socioemocional e profissional, treinamentos de gestão voltados a líderes, webinars mensais com especialistas e um diário emocional para registro de reflexões e vivências.

Os colaboradores também podem cadastrar até três dependentes na plataforma. Os atendimentos realizados por dependentes possuem valor de R\$ 70 por sessão.

Licença Parental

Os colaboradores contam com suporte completo no período de licença parental, com benefícios como Auxílio Enxoval e *Gift Baby* e, posteriormente, Auxílio Creche ou Auxílio Babá, garantindo apoio nos primeiros meses e nos anos iniciais da criança.

Além disso, a cooperativa adota iniciativas voltadas ao acolhimento e à adaptação das colaboradoras no retorno após a licença-maternidade, promovendo um ambiente de trabalho mais seguro, estruturado e humanizado.

A seguir, confira as taxas de retorno ao trabalho após a licença e os índices de retenção dos colaboradores no período subsequente.

2025	♂	♀
Colaboradores que tiraram licença maternidade/paternidade	12	23
Colaboradores que retornaram ao trabalho após a licença	12	22
Colaboradores que completaram 12 meses no trabalho após a licença	6	7
Taxa de retorno	100%	100%
Taxa de retenção	75%	70%





Benefícios

Como instituição financeira cooperativa, a **COCRED** tem sua atuação orientada pelos Princípios do Cooperativismo e por valores centrados nas pessoas. Esse direcionamento impacta diretamente na forma como a cooperativa cuida de seus colaboradores, reconhecidos como parte essencial de sua estratégia e de seus resultados.

A cada ano, a **COCRED** busca aprimorar e ampliar seu pacote de benefícios, acompanhando as práticas de mercado e, em muitos casos, oferecendo condições superiores às médias praticadas por instituições financeiras e cooperativas de crédito. O objetivo é fortalecer o bem-estar, a segurança e a qualidade de vida das equipes, contribuindo para um ambiente de trabalho atrativo, estável e alinhado ao propósito cooperativista.

Benefícios:

- Vale-Transporte ou Auxílio Combustível;
- Vale-alimentação e Vale-refeição;
- Anuênio;
- Quinquênio;
- Programa de Participação nos Resultados;
- Auxílio Creche ou Auxílio Babá;
- Auxílio para Filhos com Deficiência;
- Assistência Funeral;
- Seguro de Vida;
- Previdência Privada;

- Auxílio Enxoval e Gift Baby;
- Vale-Natal;
- Desconto Cultural;
- Day off (aniversariantes).

Novidade: Desconto Cultural

A partir de 2025, a **COCRED** ampliou seu pacote de benefícios com a implantação do Desconto Cultural, iniciativa que reforça o compromisso da cooperativa com o bem-estar e a qualidade de vida de seus colaboradores. Por meio da plataforma Bilheteria.com, os colaboradores podem adquirir ingressos para shows, peças de teatro, circos, cinemas e diversas outras atividades culturais e de lazer com descontos que podem chegar a 30%.

O benefício é viabilizado por meio de parceria entre a **COCRED** e o Sindicato das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo (Sindicresp), entidade sindical que representa as instituições financeiras cooperativas. A plataforma reúne experiências de entretenimento e lazer cultural, incluindo circos, museus, parques temáticos, cinemas e teatros. Também oferece opções como excursões e passeios de ecoturismo.

Com a iniciativa, a **COCRED** fortalece sua política de valorização das pessoas, incentivando o acesso à cultura, ao lazer e a momentos de convivência que contribuem para o equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

Destaque Nacional

A **COCRED** alcançou mais um marco histórico ao ser reconhecida como a 17ª melhor empresa para trabalhar no Brasil, no ranking nacional da *Great Place To Work (GPTW)*, na categoria de instituições de médio porte. A conquista ganha ainda mais relevância diante do cenário competitivo: cerca de 3 mil organizações participaram da avaliação e apenas 4% foram premiadas.

O reconhecimento nacional se soma a outras importantes premiações. A cooperativa foi eleita a 3ª melhor empresa para trabalhar no interior de São Paulo e conquistou o 5º lugar entre as cooperativas de crédito de médio porte participantes do ranking setorial.

A certificação GPTW é baseada na percepção real dos colaboradores, medida por pesquisa anônima e voluntária, além da análise das práticas internas da organização, o que reforça a consistência entre discurso e prática. Em 2025, a **COCRED** atingiu 95 pontos na pesquisa de clima organizacional, um crescimento expressivo de nove pontos em relação a 2024.

A conquista, inédita em seus 56 anos de história, consolida a trajetória de evolução contínua da **COCRED**.



Nossos Cooperados

O cuidado com as pessoas começa dentro da *COCRED* e os reflexos aparecem diretamente na ponta do negócio. Um time valorizado, bem estruturado e apoiado por políticas consistentes de desenvolvimento e benefícios, tende a entregar mais qualidade no atendimento, fortalecer relacionamentos e gerar confiança. Esse ciclo de crescimento sustentável resulta em uma experiência cada vez mais positiva para os cooperados.

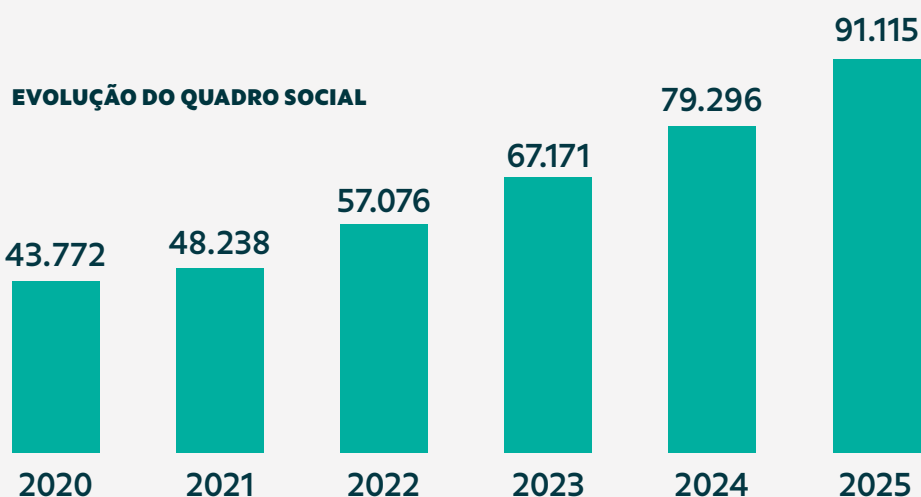
Em 2025, a *COCRED* alcançou 91.115 cooperados, frente aos 79.296 registrados em 2024. O avanço repre-

senta um crescimento de aproximadamente 14,9% em apenas um ano, com a adesão de 11.819 novos cooperados no período. Esse desempenho só foi possível porque a *COCRED* mantém as necessidades dos cooperados no centro de suas decisões, investindo continuamente no fortalecimento da equipe e na qualidade do atendimento.

91.115 cooperados

71,41% são Pessoas físicas

28,59% são Pessoas jurídicas



Proximidade

O relacionamento próximo com os cooperados é uma das premissas do modelo de atuação da *COCRED*. A cooperativa investe em presença, escuta ativa e iniciativas que fortalecem vínculos e promovem benefícios mútuos. Essa interação constante contribui para o aprimoramento do atendimento, para o desenvolvimento de soluções mais aderentes às necessidades do público e para a consolidação de relações duradouras.

Um exemplo dessa atuação foi a realização da palestra “Prevenção a fraudes e golpes na era digital: como se proteger?”, que reuniu cerca de 100 idosos, entre cooperados e integrantes do Centro de Convivência do Idoso de Sertãozinho (SP), no Centro Administrativo

COCRED. A iniciativa integrou a Semana de Riscos, Controles Internos e Compliance 2025, promovida há cinco anos pela cooperativa, e reforçou o compromisso com a educação financeira e a segurança cibernética.

Ministrada pelo advogado e perito criminal Arnaldo Ferreira dos Santos, especialista com 40 anos de atuação na área, a palestra abordou, de forma acessível e prática, os principais tipos de fraudes e os cuidados necessários no uso de ferramentas digitais e na realização de transações financeiras.

A ação dialoga diretamente com dois princípios do cooperativismo — Educação, formação e informação e Interesse pela comunidade — e amplia a proteção de um público que está entre os principais alvos de tentativas de golpe no país.



A proximidade com os cooperados também se fortalece por meio da participação ativa da *COCRED* em grandes feiras do agronegócio e de setores estratégicos, como Agrishow, Femec, Fenasucro & Agrocana, Megacana, entre outras. Nesses espaços, a cooperativa marca presença, estreita relacionamentos, acompanha tendências e reforça seu compromisso com os segmentos que movimentam a economia regional.

Outro importante canal de conexão é a Revista *COCRED MAIS*, que, em 2025, celebrou o Ano Internacional das Cooperativas com uma edição especial. Produzida com entrevistas com cooperados e especialistas, a publicação valoriza histórias reais, compartilha conhecimento e evidencia o impacto do cooperativismo na vida das pessoas e das comunidades.

Por meio de eventos, ações educativas, presença institucional e conteúdo qualificado, a *COCRED* reafirma sua essência cooperativista: estar próxima, ouvir, orientar e crescer junto com seus cooperados.

Satisfação

Com o propósito de fortalecer a cultura de melhoria contínua e elevar a excelência no relacionamento com os cooperados, a *COCRED* realizou mais uma edição da Pesquisa



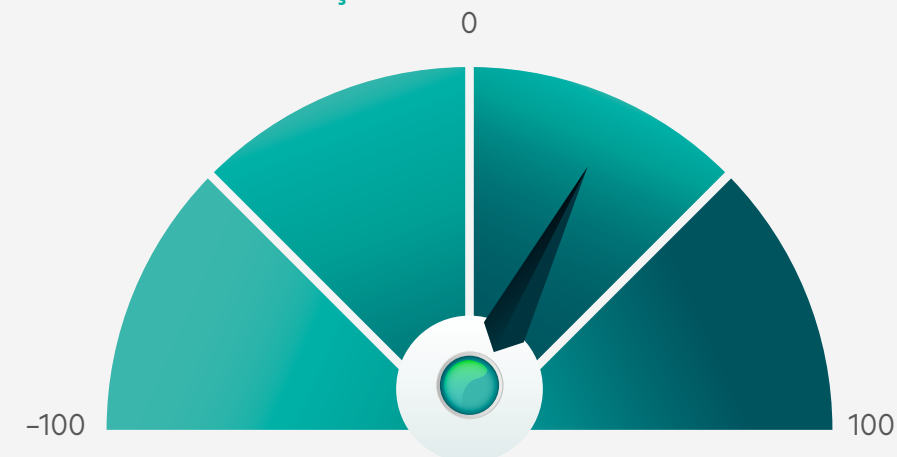
de Satisfação, adotando como base metodológica o Net Promoter Score (NPS) — um dos principais indicadores internacionais de lealdade e recomendação de clientes e cooperados.

O estudo foi conduzido pelo Instituto MESC, responsável também pela pesquisa realizada em 2024, garantindo consistência metodológica e comparabilidade dos resultados. O público-alvo contemplou cooperados vinculados aos Postos de Atendimento, e a coleta de dados ocorreu entre outubro e novembro de 2025, por meio de entrevistas telefônicas.

Os resultados evidenciam um elevado nível de satisfação e confiança na cooperativa: 77% dos entrevistados foram classificados como promotores, enquanto 8% foram considerados detratores, resultando em um NPS de 69%.

Pontuação NPS Ideal

ZONAS DE CLASSIFICAÇÃO



Zona de excelência
75 a 100

Zona de qualidade
50 a 75

Zona de aperfeiçoamento
0 a 50

Zona crítica
-100 a 0

NPS de
69%





Relatório de Gestão 2025

Responsabilidade Socioambiental

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E COOPERATIVISTA

RESPONSABILIDADE COLETIVA

RESPEITO AO MEIO AMBIENTE

DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO





Educação Financeira e Cooperativista

A promoção da educação financeira e cooperativista integra de forma estruturante a cultura da *COCRED*. Ao direcionar parte relevante de seus esforços para ações educativas, a cooperativa reforça seu compromisso com o desenvolvimento humano e social nas comunidades onde está presente, contribuindo para que a população desenvolva maior consciência na tomada de decisões financeiras e estabeleça uma relação equilibrada com o dinheiro.

Com base nesse entendimento, a cooperativa desenvolve programas e projetos voltados à educação financeira e ao compartilhamento de conhecimento, com foco na capacitação das pessoas para que façam escolhas mais conscientes em relação às suas finanças pessoais. Entre essas iniciativas, destaca-se o curso online *Conta com a COCRED Jovem*, que, em 2025, ganhou uma versão inédita voltada a estudantes universitários.

A proposta é estimular uma relação mais saudável, estratégica e sustentável com o dinheiro, preparando os jovens para lidar com desafios e oportunidades da vida financeira adulta. Em linha com esse compromisso, a cooperativa também ampliou o alcance de suas ações de responsabilidade social ao longo de 2025.

Durante o ano, a cooperativa ampliou o alcance de suas ações de responsabilidade

de social. Ao longo do ano, mais de 30 mil pessoas foram beneficiadas por iniciativas nas áreas de educação financeira, cultura, inclusão e solidariedade.

O Plano Estratégico 2024–2026 orienta essa trajetória ao estabelecer diretrizes fundamentadas em cidadania, sustentabilidade e transformação social. Entre os compromissos assumidos, destacam-se a consolidação de práticas de responsabilidade social alinhadas à agenda ESG, a ampliação do acesso à educação financeira e cooperativista em diferentes faixas etárias e o fortalecimento do papel da cooperativa no desenvolvimento local.

Além das iniciativas realizadas com recursos próprios, a *COCRED* mantém parceria com o Projete, programa que há quase uma década atende estudantes de escolas públicas residentes na periferia de Ribeirão Preto (SP). A proposta está centrada na organização da vida pessoal e na preparação para a carreira profissional.

As iniciativas realizadas ao longo de 2025 materializam esses direcionamentos ao gerar impacto positivo em milhares de pessoas. Ao ampliar o acesso ao conhecimento financeiro, viabilizar ações culturais e incentivar o engajamento comunitário, a *COCRED* reafirma seu propósito de promover justiça financeira e prosperidade de forma conectada às comunidades onde atua.

PROJETO	O QUE É	PÚBLICO EM 2025
Conta com a COCRED	Curso de educação financeira para jovens de 15 a 22 anos que estão cursando ou já concluíram o Ensino Médio.	115
Conhecimento em Foco	Curso de educação financeira para jovens de 15 a 29 anos e microempreendedores individuais, com foco em finanças pessoais e gestão de pequenas empresas.	10.041
Clínicas Financeiras	Consultoria gratuita realizada em praça pública com orientações sobre orçamento doméstico, endividamento, investimentos, entre outros temas financeiros.	145
Se Liga Finanças ON	Cursos de capacitação e conscientização sobre educação financeira, com temas relacionados a finanças pessoais e cooperativismo.	306
Coleção Financinhas	A partir da leitura de obras infantis e de encenações teatrais, ensina conceitos de educação financeira a estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.	13.898
Concurso Cultural	Concurso promovido pelo Instituto Sicoob com foco em educação financeira e cooperativista para estudantes com idades entre 8 e 15 anos.	1.414





Responsabilidade Coletiva

Concurso Cultural

O Concurso Cultural é uma iniciativa do Instituto Sicoob, realizada desde 2011, que incentiva crianças e adolescentes de todo o país a refletirem sobre o cooperativismo. Embora seja uma ação nacional, seu alcance depende diretamente do trabalho das cooperativas filiadas ao sistema Sicoob.

Cabe a elas mobilizarem escolas públicas e privadas, conscientizar professores e estudantes, oferecer suporte em todas as fases e garantir que os trabalhos sejam devidamente inscritos. Desde 2021, a COCRED desenvolve essa mobilização em toda a sua área de atuação, ampliando o acesso das instituições de ensino ao

concurso e fortalecendo o vínculo com a comunidade escolar.

Em 2025, 17 escolas participaram da iniciativa com o apoio direto da COCRED. Cerca de 1.400 alunos produziram seus trabalhos, acompanhados por 30 Voluntários Transformadores, que atuaram na orientação, análise e seleção das produções encaminhadas à competição.

Nesse contexto, a COCRED celebrou mais uma conquista no Concurso Cultural. O desenho "O mundo da diversidade", produzido por Tiago Chierentin Fulchini, aluno do Colégio Doce Vida, de Jardinópolis (SP) — uma das escolas participantes mobilizadas pela cooperativa — conquistou o primeiro lugar na etapa regional e garantiu classificação para a etapa nacional do concurso.



CONCURSO
Cultural
2025

*Diversidade que soma,
cooperação que multiplica*



Nesse contexto, os Voluntários Transformadores são aliados da cooperativa na promoção do cooperativismo e da educação financeira. Formado por colaboradores que dedicam tempo e conhecimento de maneira voluntária, o grupo atua na linha de frente dos projetos sociais, fortalecendo o vínculo da cooperativa com a comunidade e ampliando o alcance das ações desenvolvidas.

88
Voluntários
em 2025

Voluntários Transformadores

A efetividade das ações de responsabilidade social da COCRED está diretamente relacionada à atuação dos voluntários, que desempenham papel central na execução das iniciativas. São eles que levam o conteúdo às comunidades, compartilham experiências e transformam conhecimento técnico em aprendizado acessível.



Mobilização

O compromisso com o coletivo orienta a atuação da COCRED para além de seus espaços internos e encontra no 7º princípio do cooperativismo — Interesse pela comunidade — uma diretriz permanente. É a partir desse fundamento que a cooperativa estimula o engajamento voluntário dos colaboradores e transforma iniciativas internas em ações com alcance social concreto, capazes de gerar impacto direto nas localidades onde está presente.

Esse movimento se materializa, entre outras frentes, em ações como a Campanha do Agasalho, que mobilizou equipes em diferentes Postos de Atendimento e resultou na arrecadação de 3.400 peças de roupas e 500 cobertores. As doações foram destinadas aos Fundos Sociais de Solidariedade dos 35 municípios onde a COCRED possui agência, contribuindo para o atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade durante o período de frio.

A mesma lógica de cuidado com a comunidade orientou a Campanha Junho Vermelho, realizado pelo quarto ano consecutivo. Em 2025, a participação de 103 doadores possibilitou a coleta de sangue suficiente para impactar diretamente 412 vidas, considerando que cada doação pode beneficiar até quatro pessoas. As ações ocorreram em articulação com hemocentros e bancos de sangue das cidades onde a cooperativa atua, reforçando a importância da doação regular como prática de cidadania.

Encerrando o ciclo anual de mobilizações solidárias, a Campanha de Natal concentrou esforços na sede administrativa da COCRED, com a arrecadação de 400 brinquedos variados, entre bonecas, bolas e jogos de tabuleiro. As doações foram destinadas ao Lar Escola Espírita Professor Eurípedes Barsanulfo, em Sertãozinho (SP), com o objetivo de proporcionar momentos de lazer e leveza às crianças atendidas pela instituição, valorizando o cuidado com a infância como parte do desenvolvimento social das comunidades.

Semana do Cooperativismo

Entre 25 e 31 de agosto de 2025, a COCRED realizou a campanha “56 Gestos de Excelência” como parte da Semana do Cooperativismo. Durante o período, cada Posto de Atendimento e departamento assumiu a responsabilidade por uma ação social, educacional, cultural ou ambiental. Os cerca de 700 colaboradores participaram ativamente, resultando em 56 iniciativas, número que remete aos 56 anos de história da cooperativa. As atividades alcançaram aproximadamente 5 mil pessoas nas localidades onde a COCRED atua.

As ações envolveram visitas e doações a instituições de acolhimento de idosos e crianças, atividades culturais voltadas ao público infantil, oficinas de educação financeira, atendimentos gratuitos com orientação sobre orçamento familiar, além de iniciativas ambientais, como o plantio de mudas nativas e ações de conscientização.

Em resultados mensuráveis, a campanha gerou a doação de cerca de 2,7 toneladas de alimentos não perecíveis, 1,2 mil litros de leite, 637 livros destinados a bibliotecas públicas e R\$ 3.340,00 à Pastoral da Criança, além do plantio de 18 árvores.

- **2,7 ton de alimentos**
- **1,2 mil litros de leite**
- **637 livros doados**
- **18 árvores plantadas**
- **+ de 5.000 pessoas impactadas**





Relatório de Gestão 2025

Cinema na Praça

O projeto Cinema na Praça integrou a temporada 2025 com a proposta de ampliar o acesso da população à cultura e ao entretenimento por meio de sessões gratuitas de cinema em espaços públicos. A iniciativa transformou praças em ambientes de convivência, oferecendo programação cultural aberta e acessível às comunidades.

Ao longo das duas edições realizadas em 2025, o projeto reuniu cerca de 6.450 pessoas em diferentes municípios da área de atuação da cooperativa. As exposições aconteceram em Bastos, Tupã, Vera Cruz e Ocaçu, no mês de março, e posteriormente em Jaborandi, Terra Roxa, Jardinópolis e Santa Rosa de Viterbo, entre os dias 15 e 18 de outubro.

Na primeira etapa, o público acompanhou a exibição do filme “Moana 2”, em sessões ao ar livre estruturadas com telão, sistema de som e

cadeiras, proporcionando uma experiência completa de cinema. A programação incluiu distribuição gratuita de pipoca, venda solidária de refrigerantes e sorteios de bicicletas, o que contribuiu para ampliar o caráter comunitário dos encontros.

A segunda edição levou às praças o filme “Como Treinar o Seu Dragão”, envolvendo famílias e, especialmente, o público infantil. Além da exibição gratuita, foram mantidas as ações de apoio social, com distribuição de pipoca, comercialização solidária de refrigerantes e sorteios de bicicletas voltados às crianças participantes.

Em ambas as edições, a renda obtida com a venda dos refrigerantes foi destinada a instituições sociais dos municípios envolvidos, fortalecendo o impacto social da iniciativa. Os prêmios sorteados foram adquiridos no comércio local, estimulando a economia das cidades participantes.



Circuito Sescop de Cultura

O Circuito Sescop/SP de Cultura integrou a agenda de ações culturais apoiadas pela COCRED em 2025 com o propósito de ampliar o acesso a espetáculos de alta qualidade artística e, ao mesmo tempo, estimular a solidariedade nas comunidades. A iniciativa apoiada aconteceu em duas cidades do interior paulista levando ao público apresentações que reuniram música brasileira, formação orquestral e ações de cunho social.

A primeira edição ocorreu em Monte Alto (SP), no Pavilhão de Festas da Menina Izildinha, em uma noite marcada pelo encontro entre a música popular brasileira e a música clássica. O espetáculo contou com a participação do cantor e compositor Renato Teixeira, acompanhado pela Orquestra Sinfônica Heliópolis, e reuniu mais de 1.100 pessoas de diferentes faixas etárias.

A segunda edição foi realizada em Franca (SP), no Sesc Franca, no dia 11 de dezembro. Mais uma vez, Renato Teixeira e a Orquestra Sinfônica Heliópolis conduziram o espetáculo, que reuniu cerca de 1.100 pessoas. A apresentação foi marcada pela participação ativa do público e por arranjos sinfônicos que trouxeram novas leituras a clássicos da música brasileira.

Além da dimensão cultural, o evento teve caráter solidário. O acesso do público foi realizado mediante a doação de um pacote de fraldas infantis ou de um quilo de alimento não perecível, destinados a instituições beneficentes dos municípios.

Somadas as duas edições, o Circuito Sescop/SP de Cultura alcançou cerca de 2.200 participantes e arrecadou mais de 600 quilos de alimentos não perecíveis.





Relatório de Gestão 2025

Corrida em Dupla

Consolidada no calendário esportivo do interior paulista, a Corrida Cooperativa em Dupla Sicoob COCRED, nas edições de Serrana e Sertãozinho, alcançou novos patamares de participação em 2025. Realizado desde 2017, o evento registra crescimento contínuo de público e promove a integração entre cooperados e não cooperados em uma experiência pautada pela cooperação.

Em Serrana, a 5ª edição ocorreu em 13 de abril, na Avenida Habibi Jabali, e reuniu cerca de 1,1 mil atletas, entre profissionais e amadores. As

provas de 5 e 10 quilômetros mantiveram o formato em dupla, no qual os participantes percorrem todo o trajeto juntos, compartilhando ritmo, esforço e estratégia ao longo do percurso.

Na edição de Sertãozinho, realizada em 5 de outubro, a corrida mobilizou mais de 1,7 mil pessoas e transformou as ruas do município em um espaço de convivência e engajamento esportivo. Ao promover a Corrida Cooperativa em Dupla, a COCRED estimula a prática de atividades físicas e valoriza o esporte como instrumento de bem-estar, associando saúde e convivência aos princípios do cooperativismo.



+ de **1 mil**
espectadores em
SERTÃOZINHO

Cantata de Natal

Realizada no dia 17 de dezembro, a cantata de Natal da COCRED fez com que a Avenida João Bombonato, em Sertãozinho, fosse tomada pela magia do Natal. A programação contou com decoração temática, distribuição de doces, além da presença do Papai Noel, que encantou crianças e adultos.

Ao todo, mais de 1 mil pessoas prestigiaram o espetáculo apresentado pelo coral da renomada Cia. Minaz. O repertório, que incluiu clássicos como "Noite Feliz" e "Jingle Bell Rock", levou alegria ao público e até "neve" para a cidade, criando um clima ainda mais especial.

Aberta a toda a comunidade, a iniciativa representa, na prática, o compromisso das cooperativas com o bem-estar e o desenvolvimento das cidades onde atuam, promovendo ações que levam cultura, entretenimento e lazer.



+ de **1.1 mil**
participantes em
SERRANA

+ de **1.7 mil**
participantes em
SERTÃOZINHO





Respeito ao Meio Ambiente

Como instituição financeira cooperativa, a *COCRED* reconhece que sua atuação gera impactos que vão além dos resultados econômicos. Essa consciência orienta decisões alinhadas à agenda ESG — Ambiental, Social e Governança — e sustenta um modelo de crescimento comprometido com o uso responsável dos recursos naturais e com o futuro das próximas gerações.

A sustentabilidade energética ocupa papel central nesse compromisso. A cooperativa vem consolidando avanços consistentes por meio da adoção de fontes renováveis e da modernização de seus sistemas de consumo. Atualmente, seis unidades operam com sistemas de energia solar, localizadas em Guaíra (SP), Catanduva (SP), Cravinhos (SP), Uberaba (MG), Uberlândia (MG) e Araraquara (SP). Juntas, essas estruturas alcançaram uma geração total de 145,50 MWh em 2025, contribuindo para a diminuição da demanda por energia proveniente da rede convencional.

Além disso, todos os novos Postos de Atendimento passam a incorporar soluções de geração própria, integrando eficiência operacional e responsabilidade ambiental desde a concepção dos projetos. No Centro Administrativo, em Ser-tãozinho (SP), a *COCRED* aderiu ao Mercado Livre de Energia, com a aquisição de energia eólica. Essa escolha resultou em economia financeira expressiva ao

longo do período analisado. No recorte de 2024 e 2025, o valor economizado somou R\$ 1.319.571,99, sendo R\$ 888.750,22 referentes exclusivamente ao ano de 2025.

Essas iniciativas são complementadas por medidas contínuas de eficiência energética, como o uso de lâmpadas LED, sensores de presença, elevadores inteligentes e sistemas de climatização automatizada. No Centro Administrativo, destaca-se ainda a aplicação de películas Nano Crystal Grafite em aproximadamente 3 mil metros quadrados de superfícies envidraçadas. A tecnologia bloqueia 99% dos raios ultravioleta e 5% da luz visível, com fator de proteção solar equivalente a FPS 1700, favorecendo o conforto térmico e reduzindo a demanda por climatização artificial.

Esse cuidado também se estende aos projetos paisagísticos da cooperativa, que priorizam o plantio de espécies nativas, contribuindo para a promoção da biodiversidade. Entre elas estão o Ipê Rosa (*Handroanthus heptaphyllus*), o Pau-Ferro (*Caesalpinia leiostachya*), o Oiti (*Moquilea tomentosa*), o Louro Pardo (*Cordia trichotoma*), entre outras.

A lógica que sustenta essas escolhas está organizada a partir do conceito dos 3 R's — reduzir, reutilizar e reciclar. Além de referencial teórico, esse princípio funciona como critério prático para orientar processos, investimentos e ro-

tas internas, pautadas por eficiência, responsabilidade ambiental e impacto de longo prazo.

Reduzir

A redução se materializa na revisão contínua de práticas operacionais e no uso cada vez mais racional dos recursos. Embora os sistemas de assinatura eletrônica de documentos e de controle de impressões já estivessem em funcionamento em 2024, o aprimoramento desses processos ao longo do último ano ampliou de forma significativa os resultados ambientais alcançados.

Em comparação com 2024, os ganhos adicionais registrados em 2025 incluem a preservação de 71 árvores, a economia de 250 mil litros de água, a redução de 5,6 toneladas de CO₂ lançadas na atmosfera e a economia de 12.487,6 kWh de energia. Esses números demonstram que, ano após ano, a cooperativa tem avançado na redução de impactos ambientais e aumento da eficiência na gestão responsável dos recursos.

Reutilizar

O uso consciente da água integra esse mesmo raciocínio. Tanto no Centro Administrativo quanto nos Postos de Atendimento, as torneiras contam com tecnologia *Pressmatic* e bicos arejadores, que reduzem o fluxo sem comprometer a funcionalidade. Os vasos sanitários utilizam sistemas de descarga Duo, com acionamentos de seis litros para limpeza completa e três litros para troca de líquidos, resultando em uma

economia média de 60%.

Em algumas unidades, a reutilização avança com a captação da água da chuva. As agências de Cravinhos (SP), Uberaba (MG), Catanduva (SP), Guaíra (SP) são equipadas com cisternas destinadas à irrigação dos jardins e à limpeza das áreas externas, permitindo uma redução de até 50% no consumo de água nessas unidades.

Reciclar

A gestão de resíduos sólidos completa o ciclo de atuação ambiental da *COCRED*. A cooperativa mantém parceria com a BioCoop, projeto responsável pelo gerenciamento dos resíduos recicláveis descartados pela *COCRED*, Copercana e Canaoeste. A iniciativa contribui para evitar a poluição do solo, da água e do ar, além de fortalecer práticas de economia circular.

Em 2025, a *COCRED* destinou à reciclagem volumes expressivos de materiais:

- **268,1** toneladas de papelão;
- **64,6** toneladas de plástico;
- **33,7** toneladas de papel;
- **35,8** toneladas de sucata;
- **8,2** toneladas de vidro;
- **3,2** toneladas de sucata eletrônica;
- **0,860** toneladas de alumínio;
- **0,544** toneladas de pilhas/baterias;
- **0,393** toneladas de cobre.



Demonstração de Valor Adicionado

No modelo cooperativista, os recursos confiados pelos cooperados permanecem circulando na própria região. Isso significa que o capital aplicado retorna à comunidade na forma de crédito, investimentos e apoio a iniciativas que estimulam a atividade econômica. A presença da COCRED contribui para a atração de investimentos e para a realização de projetos voltados às áreas social, educacional, esportiva, ambiental e de infraestrutura, ampliando as oportunidades de desenvolvimento para a população.

EVENTOS	R\$ VA	%PA
COLABORADORES	101.179.468,36	14,17%
Proventos e Benefícios	79.524.019,30	11,13%
Vale Alimentação e Refeição	19.173.158,81	2,68%
Formação Acadêmica (Graduação, Pós-Graduação)	715.036,27	0,10%
Cursos de Capacitação Técnica e Gestão do Cooperativismo	1.767.253,98	0,25%
FORNECEDORES	135.546.971,66	18,98%
Compra de Ativos Imobilizados / Investimentos em Instalações	5.830.534,15	0,82%
Compra de Ativos Intangíveis	7.796.063,37	1,09%
Fornecedores de Produtos e Serviços	121.920.374,14	17,07%
COOPERADOS	2.137.528.677,29	35,88%
Constituição de Reservas Estatutárias	78.424.252,73	10,98%
Constituição de Fates	4.479.944,39	0,63%
Juros de Capital (retorno sobre Capital Investido)	126.315.729,18	17,69%
Sobra distribuída em Capital	28.238.785,19	3,95%
Sobra Distribuída em Espécie	18.825.856,80	2,64%
Sobra Distribuída em Espécie	18.825.856,80	2,64%
Resultado Social Econômico (economia de juros e tarifas) *	1.881.244.109,00	72,48%
<small>* Valor economizado pelos associados em razão das vantagens competitivas das taxas de juros e tarifas da Sicoob Cocred comparada aos Bancos.</small>		
ÓRGÃOS PÚBLICOS GOVERNO	219.787.099,92	30,77%
Recolhimento de Impostos, Taxas e Contribuições **	219.787.099,92	30,77%
<small>** Parte deste valor é oriundo de operações dos associados, no qual a Sicoob Cocred é somente coobrigada pelo recolhimento.</small>		
SOCIEDADE	1.418.349,08	0,20%
Projeto Educacionais/ Culturais e Sociais	1.418.349,08	0,20%
TOTAL	R\$ 2.595.460.566,31	



Relatório de Gestão 2025

Resultados

INDICADORES DE DESEMPENHO

VOLUMES MOVIMENTADOS



Indicadores de Desempenho

Manter a estabilidade em contextos desafiadores exige consistência, leitura precisa de cenário e disciplina na gestão.

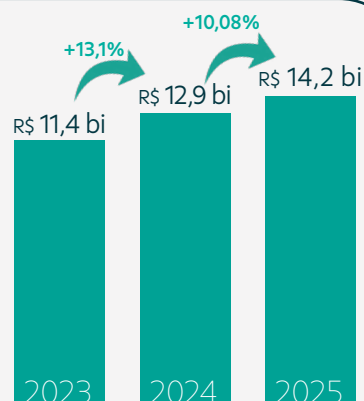
Em 2025, o mercado financeiro foi marcado por instabilidades relevantes, o que ampliou a complexidade das decisões estratégicas e reforçou a necessidade de atenção permanente por parte das instituições financeiras. Nesse ambiente, a *COCRED* conduziu suas ações com foco nas necessidades dos cooperados, priorizando segurança, sustentabilidade e continuidade dos negócios.

Como resultado dessa condução, a cooperativa apresentou desempenho positivo em seus principais indicadores, combinando crescimento com equilíbrio financeiro.

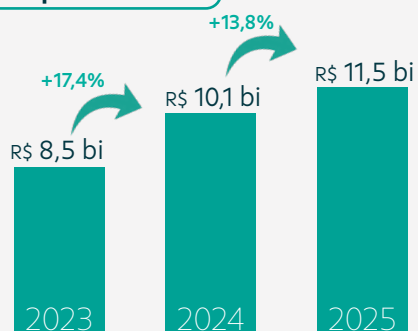
Os avanços observados refletem uma gestão responsável, sustentada por práticas alinhadas ao cooperativismo e pela participação ativa de mais de 90 mil cooperados, que contribuem diretamente para a solidez e a perenidade da instituição.

Ativos

Os ativos representam o conjunto de bens e direitos da cooperativa e refletem diretamente seu porte e capacidade de gestão. Entre 2024 e 2025, a *COCRED* registrou crescimento de aproximadamente 10% no indicador, passando de R\$ 12,9 bilhões para R\$ 14,2 bilhões. O avanço está alinhado à estratégia de expansão sustentável da cooperativa, com fortalecimento do relacionamento com os cooperados, ampliação do portfólio e manutenção de práticas prudentiais que sustentam o crescimento com solidez.



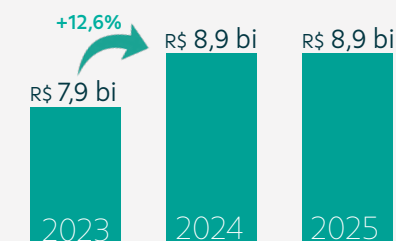
Depósitos Totais



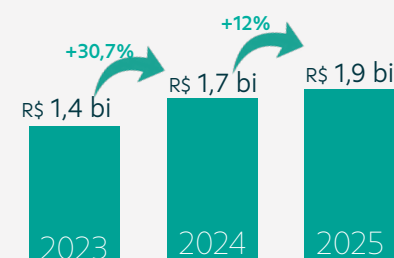
Os depósitos totais reúnem os recursos confiados pelos cooperados à instituição, incluindo depósitos à vista, a prazo e aplicações. De 2024 para 2025, o volume cresceu cerca de 14%, passando de R\$ 10,1 bilhões para R\$ 11,5 bilhões. O desempenho reforça a confiança dos cooperados na governança e na solidez da *COCRED*, além de refletir a atratividade das soluções de investimento oferecidas em um cenário de juros ainda elevados.

Carteira de Crédito

A carteira de crédito evidencia o volume de recursos destinados ao financiamento dos cooperados e é um dos principais motores de geração de resultados. Em 2025, o indicador manteve-se estável em R\$ 8,9 bilhões, refletindo um ambiente macroeconômico mais desafiador, marcado por maior seletividade na concessão de crédito. Mesmo diante desse cenário, a *COCRED* preservou sua atuação próxima ao cooperado, priorizando a qualidade da carteira e a sustentabilidade das operações.



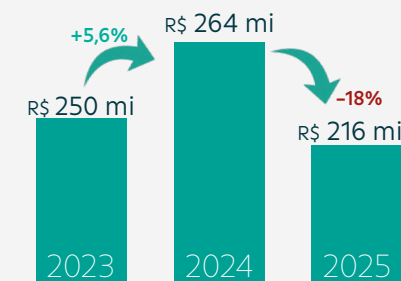
Patrimônio Líquido



O patrimônio líquido é um dos principais indicadores de solidez financeira, pois demonstra a capacidade da cooperativa de sustentar suas operações e crescer de forma segura. Entre 2024 e 2025, houve avanço de aproximadamente 12%, com o indicador passando de R\$ 1,7 bilhão para R\$ 1,9 bilhão. A evolução é resultado da geração consistente de resultados e da política de capitalização, que reforça a resiliência da *COCRED* mesmo em um ambiente econômico mais volátil.

Sobras

As sobras correspondem ao resultado positivo apurado pela cooperativa ao final do exercício e posteriormente distribuído aos cooperados, conforme deliberação. Em 2025, o indicador totalizou R\$ 216 milhões, frente aos R\$ 264 milhões de 2024, uma redução de cerca de 18%. O recuo reflete um cenário macroeconômico mais desafiador e maior pressão sobre as margens financeiras. Ainda assim, a *COCRED* manteve desempenho robusto, preservando a sustentabilidade dos negócios e a geração de valor aos cooperados.





Volumes Movimentados

Com um portfólio diversificado e alinhado às diferentes necessidades de pessoas físicas e jurídicas, a COCRED amplia, ano a ano, a movimentação de seus produtos e serviços destaques. Os indicadores apresentados a seguir traduzem, em números, a presença da cooperativa no cotidiano financeiro dos cooperados, evidenciando o volume de recursos transacionados em soluções como cartões, Sipag, cobrança, consórcios, poupança, seguros e crédito consignado.

Esses números são resultados de uma atuação orientada pelo atendimento próximo e pela oferta de soluções ajustadas à realidade de cada cooperado, com foco em segurança, eficiência e sustentabilidade. Ao estruturar seus serviços de forma integrada, a COCRED fortalece a relação de confiança, estimula o uso consciente de produtos financeiros e contribui diretamente para o desenvolvimento econômico dos associados e das comunidades onde atua.

PRODUTO/SERVIÇO	2023	2024	2025
Cartões	R\$ 900,40 milhões	R\$ 1,097 bilhão	R\$ 1,22 bilhão
Sipag	R\$ 1,13 bilhão	R\$ 1,484 bilhão	R\$ 1,66 bilhão
Cobrança	R\$ 7,011 bilhões	R\$ 9,790 bilhões	R\$ 10,47 bilhões
Consórcios	R\$ 225,37 milhões	R\$ 231,42 milhões	R\$ 168,05 milhões
Poupança	R\$ 176,17 milhões	R\$ 183,52 milhões	R\$ 154,38 milhões
Seguros	R\$ 22 milhões	R\$ 22,49 milhões	R\$ 26 milhões





Demonstrações Financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

NOTAS EXPLICATIVAS

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

PARECER DO CONSELHO FISCAL



Balanco Patrimonial

*Balanco patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

ATIVO	Nota	2025
ATIVO		14.233.416
DISPONIBILIDADES	5	17.406
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		13.443.836
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.1	23.929
Títulos e Valores Mobiliários	6.1	452
Relações Interfinanceiras	5 e 6.6	5.139.709
Operações de Crédito	7	5.219.805
Outros Créditos	7	3.666.985
Outros Ativos Financeiros	9	29.591
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	8	(636.635)
Ativos Financeiros ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes	6.2	260.859
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Líquido de Provisão para Perdas		260.859
Ativos Financeiros ao Valor Justo Por Meio do Resultado	6.3	349.560
Títulos e Valores Mobiliários, Líquido de Provisão para Perdas		349.560
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	10	5.834
OUTROS ATIVOS	11	48.492
IMOBILIZADO DE USO	12	173.207
INTANGÍVEL	13	39.567
(-) Depreciações e Amortizações		(105.344)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	12	(76.716)
(-) Amortização acumulada	13	(28.629)
TOTAL DO ATIVO		14.233.416

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Balanco patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

PASSIVO	Notas	2025
PASSIVO		14.233.416
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		12.371.068
DEPÓSITOS	14	7.142.197
Depósitos à Vista		980.762
Depósitos de Poupança		3.817
Depósitos a Prazo		6.149.281
Outros depósitos		8.337
OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA	15	4.383.702
Recursos por emissão de Letras		4.383.702
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	16	614.207
Repasses interfinanceiros		614.207
OUTROS PASSIVOS	17.1	161.072
Obrigações por Empréstimos e Repasses	17.2	9.582
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	17.3	998
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas	17.4	26.927
Outras Obrigações	17.5	123.565
PROVISÕES	18	69.889
Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros		23.216
Provisão para Pagamento a Efetuar		16.450
Provisão para Contingências		30.223

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2025
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.862.348
CAPITAL SOCIAL	19.1	1.149.890
RESERVA DE SOBRAS		658.698
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	19.2	53.759
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.233.416

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Balanco patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais



Demonstração das sobras ou perdas

*Exercícios e semestres findos em 31 de dezembro. Em milhares de reais

	Nota	2º sem (6 meses)	2025 Exercício (12 meses)
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.204.545	2.176.993
Resultado de Operações de Crédito	21.1	842.582	1.556.098
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	21.2	1.655	10.766
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	21.3	9.247	17.644
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	5	351.060	592.485
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	22	(827.125)	(1.494.534)
Operações de Captação no Mercado		(780.359)	(1.405.727)
Operações de Empréstimos e Repasses		(46.765)	(88.806)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		377.420	682.460
PROVISÕES P/ PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	23	(155.036)	(348.444)
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		222.384	334.016
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(60.200)	(121.433)
Rendas de Tarifas Bancárias	24	5.662	11.251
Ingressos/ Receitas de Prestação de Serviços	25	36.596	71.551
Despesas de Pessoal	26	(56.378)	(107.749)
Outras Despesas Administrativas	27	(62.221)	(124.112)
Despesas Tributárias	28	(1.620)	(3.194)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	29	(36.668)	(65.087)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	30	54.431	95.908
PROVISÕES	31	(310)	6.159
(Provisões)/Reversões para Contingências		(1.160)	7.886
(Provisões)/Reversões para Garantias Prestadas		850	(1.727)
RESULTADO OPERACIONAL		161.873	218.742

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	2º sem (6 meses)	2025 Exercício (12 meses)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	32	(18.105)	(19.889)
SOBRAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		143.768	198.852
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(2.928)	(3.568)
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperados		438	-
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperados		(3.365)	(3.568)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(19.272)	(19.300)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		121.569	175.985

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

*Exercícios e semestres findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2º sem (6 meses)	2025 Exercício (12 meses)
SOBRAS DO PERÍODO/EXERCÍCIO	121.569	175.985
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	121.569	175.985

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido

*Em milhares de reais.

	Nota	Capital Social	Capital a Realizar	Reserva Legal	Resolução 4.966/21	Sobras Acumuladas	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		1.031.251	(266)	580.274		94.129	1.705.388
ADOÇÃO INICIAL RESOLUÇÃO CMN 4.966/21	4 a					27.791	27.791
DESTINAÇÕES DE SOBRAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR:	19.3						
Constituição de Reservas				47.064		(47.064)	
Distribuição de Sobras para associados		28.163				(47.065)	(18.902)
MOVIMENTAÇÃO DE CAPITAL:							
Por Subscrição/Realização	19.1	88.765	(1.500)				87.265
Por Devolução	19.1	(109.278)					(109.278)
SOBRAS DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DO JCP						175.985	175.985
REVERSÃO DE FATES						12.139	12.139
REMUNERAÇÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	19.2	112.755				(126.316)	(13.561)
DESTINAÇÕES DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO:	19.3						
Fundo de Reserva				31.360		(31.360)	
FATES - Atos Cooperativos						(4.480)	(4.480)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Capital Social	Capital a Realizar	Reserva Legal	Resolução 4.966/21	Sobras Acumuladas	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		1.151.656	(1.766)	658.698		53.759	1.862.347
EM 30 DE JUNHO DE 2025		1.061.812	(892)	627.339	27.791	54.415	1.770.465
ADOÇÃO INICIAL RESOLUÇÃO CMN 4.966/21	4 a				(27.791)	27.791	
MOVIMENTAÇÃO DE CAPITAL:							
Por Subscrição/Realização	19.1	47.469	(874)				46.595
Por Devolução	19.1	(70.378)					(70.378)
SOBRAS DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DO JCP						121.569	121.569
REVERSÃO DE FATES						12.139	12.139
REMUNERAÇÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	19.2	112.755				(126.316)	(13.561)
DESTINAÇÕES DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO:	19.3						
Fundo de Reserva				31.360		(31.360)	
FATES - Atos Cooperativos						(4.480)	(4.480)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		1.151.656	(1.766)	658.698		53.759	1.862.347



Demonstração dos fluxos de caixa

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	2º semestre (6 meses)	2025 Exercício (12 meses)
SOBRAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		143.768	198.852
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos Invest. Aval. Custo	30	(35.992)	(35.992)
Distribuição de Sobras e Dividendos Invest. Aval. Custo	30	(6.330)	(27.352)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	23	155.036	348.444
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	31	(850)	1.727
Provisões/Reversões Não Operacionais	32	17.110	17.678
Provisões/Reversões para Contingências	31	1.160	(7.886)
Atualização de Depósitos em Garantia	30	(32)	(65)
Depreciações e Amortizações	27	10.157	24.415
SOBRAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		284.027	516.822
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(176.183)	(97.243)
Títulos e Valores Mobiliários		20.120	182.479
Relações Interfinanceiras		(3.817)	(3.817)
Operações de Crédito		(211.553)	(323.590)
Outros Ativos Financeiros		243.369	113.211
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(2.599)	8.933
Outros Ativos		(46.471)	(52.093)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos à Vista		69.316	(4.306)
Depósitos a Prazo		392.884	486.059
Outros Depósitos		12.154	(1.916)
Recurso de Aceite e Emissão de Títulos		535.569	883.620
Relações Interfinanceiras		(196.141)	(172.176)
Obrigações por Empréstimos e Repasses		9.164	9.170
Outros Passivos Financeiros		(16)	(2.200)
Provisões		9.897	22.811
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		18.248	8.788
Outros Passivos		(135.549)	(122.437)
FATES – Atos Cooperativos		(4.480)	(4.480)
Reversão/Realização de Fundos		12.139	12.139
Imposto de Renda Pago		387	
Contribuição Social Pago		(131)	(443)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	2º semestre (6 meses)	2025 Exercício (12 meses)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		830.334	1.469.331
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos Recebidos Invest. Aval. Custo	30	6.333	24.493
Distribuição de Sobras da Central Recebidos Invest. Aval. Custo	30		859
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos Invest. Aval. Custo	30	35.992	35.992
Aquisição de Intangível		(1.515)	(8.587)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(3.082)	(5.938)
Aquisição de Investimentos		(50.697)	(76.566)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		(12.971)	(27.746)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	19.1	46.441	87.112
Devolução de Capital à Cooperados	19.1	(70.378)	(109.278)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago			(18.902)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		112.755	112.755
CAIXA LÍQUIDO ORIGINADO EM ATIVIDADE DE FINANCIAMENTOS		88.818	71.688
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		906.180	1.503.274
MODIFICAÇÕES LÍQUIDAS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		4.247.117	3.650.023
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	5	5.153.297	5.153.297
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		906.180	1.503.274

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 – Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito (“Sicoob Cocred” ou “Cooperativa”) é uma cooperativa de crédito singular de livre admissão de cooperados com sede em Sertãozinho – SP, instituição financeira não bancária, fundada em 27 de julho de 1969, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo e acionista do Banco Cooperativo Sicoob S.A – Banco Sicoob.

A Sicoob Cocred possui Postos de Atendimento – PAs nos municípios de Araçatuba, Barretos, Barrinha, Bastos, Batatais, Bauru, Cajobi, Cajuru, Cravinhos, Franca, Guaira, Jaborandi, Jardinópolis, Lins, Monte Alto, Marília, Morro Agudo, Ocauçu, Paulo de Faria, Pitangueiras, Pontal, Ribeirão Preto, Santa Rosa do Viterbo, São José do Rio Preto, São Carlos, Serrana, Sertãozinho, Severínia, Terra Roxa, Tupã, Vera Cruz, Uberlândia, Uberaba e Viradouro.

A área de admissão de cooperados passou a abranger todas as unidades da Federação. A Sicoob Cocred tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos cooperados;
- (ii) A formação educacional de seus cooperados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB.

Estão apresentadas em conformidade com as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologa-

dos pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09 e 196/22. Também foram observadas a Resolução CMN nº 4.818/2020, que estabelece diretrizes contábeis, a Resolução nº 5.185/2024 e a Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024. Por fim, foram consideradas as diretrizes da Resolução BCB nº 2/2020, atualizada pela Resolução BCB nº 367/2024. Por fim, foram consideradas as diretrizes da Resolução BCB nº 2/2020, atualizada pela Resolução BCB nº 367/2024.

A cooperativa adotou ao que determina o Art. 79 da Res. CMN nº 4.966/21, onde ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 comparativo aos períodos anteriores.

As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A administração, responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, compreende a Diretoria Executiva.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação pelo Conselho de administração e ratificação pelo Conselho fiscal, que são os órgãos estatutários responsáveis pela governança, ocorreu em 23 de fevereiro 2026 e 25 de fevereiro de 2026, respectivamente.

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme a tabela a seguir apresenta as normas recepcionadas:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 – Evento Subsequente Resolução	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 28 – Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021



Os demais Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC serão aplicados quando aprovada a adoção pelo Conselho Monetário Nacional. No entanto, os seguintes CPCs foram adotados parcialmente pelo CMN por meio da emissão das seguintes normas:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Resolução CMN 4.524/2016
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 27 – Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 48 – Instrumentos Financeiros	Resolução CMN nº 4.966/2021

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB, quando aplicáveis à esta cooperativa, foram empregados em sua integridade na elaboração destas demonstrações financeiras. Os impactos requeridos pelas Resoluções CMN 4.966/21 e Resolução BCB 352/23 estão refletidos nas demonstrações deste período.

c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.

2.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

a) Mudanças aplicadas nas presentes demonstrações financeiras

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2025:

Resolução CMN nº 4.966/2021

A Resolução CMN nº 4.966/2021 alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e a Resolução BCB nº 352/2023: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Os principais impactos nas demonstrações referente a adoção da resolução são:

a.1 – A adoção do modelo de perda esperada para o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito. Os instrumentos financeiros são classificados em 3 (três) estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência.

a.2 – Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Cooperativa e em suas características contratuais de fluxos de caixa e não mais com base na intenção.

a.3 – As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas.

a.4 – Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade.

a.5 – Vedação de registro no ativo de instrumentos financeiros baixados para prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução.

a.6 – Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;

a.7 – Mudança no critério de baixa de ativo financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que a Cooperativa não tem mais expectativa de recuperação.

Além disso:

– O critério de suspensão da apropriação de juros passa a se aplicar a partir do momento em que as operações forem classificadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;

– O critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo também foi alterado: os ativos passam a ser baixados quando a Cooperativa não tiver mais expectativa de recuperação;

– Foram estabelecidas novas diretrizes para a contabilidade de hedge, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

A Cooperativa adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os efeitos dos ajustes decorrentes da adoção dos novos critérios contábeis foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentado na nota 4.

Resolução CMN 4.975/2021 e Resolução 5.101/2023

Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2) – Arrendamentos. A norma é aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme Artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.

Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista, a Cooperativa optou por adotar a norma prospectivamente para os contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2025, data em que entrou em vigor, conforme determinação do órgão regulador. A aplicação da Resolução no exercício não acarretou impactos para a Cocred, pois não foram firmados novos contratos em 2025.

Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

i) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii) Resolução BCB nº 390, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;



iii) Instruções Normativas BCB nº 426 a 433, atualizadas pelas Instruções Normativas BCB nº 619/2025 a 671/2025: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos:

- (i) ativo realizável e permanente;
- (iv) grupos de compensação ativa e passiva;
- (iii) passivo exigível;
- (iv) patrimônio líquido;
- (v) resultado credor e devedor.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Reforma tributária

A Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, prevendo a substituição gradativa dos tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS e ISS) pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Durante o exercício de 2025, as instituições financeiras e Cooperativas de crédito permanecem enquadradas no regime específico para serviços financeiros, nos termos das normas complementares em discussão, não havendo, até a presente data, obrigação de adoção antecipada dos novos tributos.

No período, a Cooperativa e o Sistema Cooperativo realizaram análise preliminar dos potenciais efeitos da nova tributação, considerando:

- (i) a manutenção da não incidência sobre atos cooperativos, princípio constitucional preservado;
- (ii) eventuais impactos na tributação de atos não cooperativos e receitas acessórias; e
- (iii) possíveis adequações operacionais e sistêmicas decorrentes da transição aos novos modelos de apuração.

A nova legislação exigirá adaptações operacionais e contábeis, especialmente diante da unificação de tributos e da necessidade de interpretação clara sobre o conceito de ato cooperativo. A norma foi sancionada em 16/01/2025 e respeitará o seguinte escalonamento de implementação:

- 1º de janeiro de 2025: Produção de efeitos para alguns artigos específicos (ex: artigos. 35, 58, 60 §3º, 62, 266, entre outros).
- 1º de maio de 2025: Produção de efeitos dos artigos 537 a 540 (quatro meses após a publicação).
- 1º de janeiro de 2026: Produção de efeitos para a maior parte dos dispositivos.
- 1º de janeiro de 2027 a 2033: Produção de efeitos escalonada para dispositivos mais complexos, como os relacionados à transição tributária e à substituição integral de tributos antigos.

Considerando o estágio atual de implementação, a Cooperativa vem conduzindo, para o próximo exercício, um plano de adequação voltado (i) à revisão de processos de faturamento e contratação com fornecedores, (ii) à avaliação de impactos sobre o preço e a estrutura de custos dos serviços oferecidos, (iii) avaliação sobre eventuais necessidades de emissão de nota fiscal de serviço, (iv) mapeamento e classificação das operações para fins de apuração e escrituração em eventuais obrigações acessórias, e (v) à atualização de sistemas, cadastros fiscais e parame-

trizações para captura, conciliação e suporte à apuração de créditos e débitos, quando aplicável.

Entre os principais temas em avaliação, destacam-se:

- a) impactos nos serviços oferecidos, inclusive pela eventual necessidade de adequações contratuais para refletir a forma de destaque e repasse de CBS/IBS nas notas fiscais e documentos fiscais equivalentes;
- b) procedimentos de apuração e controle de créditos tributários, observadas as regras de não cumulatividade e os requisitos de documentação e escrituração;
- c) adequações operacionais e de compliance, envolvendo governança de dados fiscais, trilhas de auditoria, conciliações e controles internos; e
- d) potenciais efeitos sobre apresentação, notas explicativas e divulgações, na medida em que evoluam as definições regulatórias e as orientações de órgãos competentes.

Com base nas informações regulatórias disponíveis até 31 de dezembro de 2025, não foram identificados efeitos contábeis relevantes a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício.

Na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar com confiabilidade os efeitos financeiros líquidos da Reforma Tributária para o próximo exercício, uma vez que parte relevante do arcabouço regulatório e operacional ainda se encontra em fase de detalhamento e implementação, podendo sofrer alterações.

A cooperativa continuará acompanhando a regulamentação infraconstitucional e os atos normativos futuros que definirão o tratamento específico aplicável às instituições financeiras e ao cooperativismo de crédito, avaliando eventuais impactos contábeis, operacionais e tributários à medida que forem estabelecidos requisitos definitivos.

A cooperativa seguirá acompanhando a evolução normativa e, quando aplicável, refletirá os impactos na mensuração, no reconhecimento e/ou na divulgação contábil de forma prospectiva, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a regulamentação aplicável.

Capítulo V – Hedge Accounting e Art. 22 da Resolução CMN nº 4.966/2021

Por fim, a Resolução CMN nº 4.966/2021 – Instrumentos Financeiros e normativos relacionados – Estabelece a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

2.3 Continuidade dos negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Na data em que foi autorizada a emissão dessas demonstrações financeiras, a administração da Cooperativa avaliou e entendeu que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a sua capacidade de operação futura.

3 Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:



3.1 Efeitos Tributários Cooperativas

Em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as Cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei nº 14.467/2022 não é aplicável.

Os critérios contábeis estabelecidos pela resolução foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

3.2 Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, ou cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

3.3 Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição. São utilizadas pelo Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Nota 5.

3.5 Instrumentos Financeiros

I. Classificação dos instrumentos financeiros

Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas para administração dos ativos financeiros. As Cooperativas administram e classificam os ativos financeiros em um dos três modelos/categorias descritas a seguir:

Modelo de Negócio 1: Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Modelo de Negócio 2: Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Modelo de Negócio 3: Outros modelos de negócios.

Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Para determinar o modelo de negócios, a Cooperativa avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros, ii) pela venda, ou por iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

II. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas de juros”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas de juros”, ao longo do prazo do respectivo contrato.

Ao valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada “Ajuste de avaliação patrimonial”, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do



exercício na rubrica "Receitas de juros". Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial: são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica "Resultado líquido de juros", no período em que ocorrem.

III. Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros do Sicoob serão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

Instrumentos Financeiros – Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Instrumentos Financeiros – Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

Instrumentos Financeiros – Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

IV. Reclassificação dos instrumentos financeiros

A Cooperativa reclassificou seus ativos e passivos financeiros no exercício apresentado. Estando demonstrados no quadro de reclassificação nota 4.

V. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

3.6 Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receita com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações;
- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações);
- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/23, a Cooperativa optou em utilizar a "metodologia diferenciada linear" para operações de crédito e com características de crédito.

A Cooperativa, conforme estabelece a Resolução CMN n.º 4.966/2021, adotou de forma prospectiva a TJEO e passou a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas foram incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

3.7 Suspensão dos Juros (Stop Accrual)

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático – Estágio 3), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN n.º 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Dentre os critérios para marcação de ativo problemático, inclui-se operações com atraso superior a 90 (noventa) dias.

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB n.º 42.403/2024, a Cooperativa adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

3.8 Provisão para Perdas

I. Visão Geral

A Cooperativa realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN n.º 4.966/21 e Resolução BCB n.º 352/23 para:

- Aplicações interfinanceiras de liquidez;
- Títulos e valores mobiliários (mensurados a custo amortizado e "VJORA");
- Operações de créditos;
- Outros ativos financeiros; e
- Exposições "off-balance" (que gerem risco de crédito).

II. Estágios

A Cooperativa aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (lifetime).



Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

- A PE calculada com base nos dados observados estatísticos da Cooperativa; ou
- O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB nº 352 de 2023 (anexo 1 da normativa – “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”).

As operações de crédito são classificadas como varejo quando contratadas com pessoas físicas ou jurídicas cuja exposição total em relação ao Patrimônio de Referência seja menor ou igual a 10%. As demais operações são classificadas como atacado. Os conceitos de varejo, atacado e grupo homogêneo seguem as definições aplicáveis às operações concentradas.

III. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de default para sua vida toda. Originalmente quando a operação é concedida pela Cooperativa é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, a Cooperativa avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de default), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

Em estágio 3 devem ser todos os contratos que têm evidência de problema de recuperação de crédito. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidenciem dificuldade de pagamento como quando ele está em situação de recuperação judicial.

IV. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

- Probabilidade de default – PD: A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada;
- Perda dada ao default – LGD: A LGD é o percentual esperado de perda de um cliente dado o default. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da Cooperativa para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação/renovação de contratos e clientes, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do cliente.

• Exposição ao default – EAD: É a exposição na data da inadimplência. Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966 de 2021, determina que todos os modelos tenham

inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis forward looking funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

3.9 Ativos Financeiro com Problema de Recuperação de Crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando:

- Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- Todas as operações enquadradas como reestruturadas;

É considerado reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3.

Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar os seguintes critérios:

- Operações cujo gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma massificada;
- Instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático quando são observadas evidências de melhora na capacidade de pagamento da contraparte. Especificamente, considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático após a realização de pagamentos consecutivos, sem atrasos, até que seja atingido um percentual mínimo do saldo devedor, conforme critérios internos definidos com base nas diretrizes da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Essa reclassificação é condicionada à ausência de parcelas vencidas, ao cumprimento das obrigações contratuais e à evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem dependência da execução de garantias ou colaterais. Os ativos financeiros são baixados do balanço patrimonial quando não há expectativa razoável de recuperação de seu valor, total ou parcial. Essa baixa decorre do reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto no artigo 49 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

A avaliação da necessidade de baixa considera evidências objetivas de perda, incluindo, mas não se limitando a: inadimplência prolongada ou ausência de perspectivas de recuperação após esgotadas as medidas de cobrança e recuperação, inclusive aquelas envolvendo garantias e colaterais. A instituição adota integralmente os critérios estabelecidos no § 4º do artigo 3º da Resolução CMN nº 4.966/2021 para a reclassificação de ativos financeiros anteriormente identificados como com problema de recuperação de crédito.



Para que um ativo deixe de ser enquadrado nessa condição, devem ser atendidos, de forma cumulativa, os seguintes requisitos:

- Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- Manutenção de pagamentos pontuais do principal e encargos por período suficiente para evidenciar melhora significativa na capacidade financeira da contraparte;
- Cumprimento das demais obrigações contratuais pelo mesmo período;
- Existência de evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem a necessidade de execução de garantias ou colaterais.
- A aplicação desses critérios visa assegurar que a reclassificação reflita de forma fidedigna a real capacidade de recuperação do crédito pela instituição, em consonância com as melhores práticas.

3.10 Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira, conforme Resolução CMN nº 4.858/2020, Resolução BCB nº 92/2021 e Instrução Normativa nº 496/2024

3.11 Ativos não financeiros mantidos para venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, tais como veículos, imóveis e intangíveis, de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.747/2019, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução.

O método de mensuração e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

Para o reconhecimento dos ativos não financeiros mantidos para venda, considera-se a data de entrada desses ativos na Cooperativa. Assim, se o período em que os ativos não financeiros permanecem na Cooperativa ultrapassar um ano, eles são reclassificados para o grupamento contábil do ativo não circulante realizável a longo prazo.

3.12 Imobilizado de Uso

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. Esses bens são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada.

Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

3.13 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

3.14 Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle

da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

3.15 Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

3.16 Depósitos e recursos de aceite e emissão de títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata die”.

3.17 Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

3.18 Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

3.19 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

3.20 Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços



prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob. O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado nas operações realizadas com associados não está sujeito à tributação, conforme o regime jurídico das sociedades Cooperativas.

3.21 Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

3.22 Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

3.23 Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

3.24 Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

4 Reconciliação de Saldos Patrimoniais Comparativos em 1º de janeiro de 2025

A Cooperativa optou pela isenção prevista pela Resolução CMN nº 4.966/21 de não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da norma foram reconhecidas no patrimônio líquido dentro de sobras ou perdas acumuladas a partir de 1º de janeiro de 2025.

a) Reconciliação do patrimônio líquido na transição para Resolução CMN nº 4.966/21.

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024	1.705.388
Reversão de perda esperada de crédito esperada para operações de crédito	6.122
Reversão de perda esperada de crédito esperada para demais ativos financeiros	21.270
Ajuste de suspensão de juros de operações de crédito	400
Efeito no Patrimônio líquido conforme a Res. CMN 4.966/21 em 1 de janeiro de 2025	1.733.179

b) Estão apresentados a seguir, os saldos de reconciliação com os impactos introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/21:

Nomenclatura em 31/12/2024	Ativo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Aplicação Interfinanceira de Liquidez	Aplicação Interfinanceira de Liquidez	187.545		187.545	VJORA
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	Aplicação Interfinanceira de Liquidez	4.178.894	- 3.722.968	182.931	CA
	Provisão para perdas esperadas	- 60.098	32.307	- 27.791	CA
Relações Interfinanceiras	Relações Interfinanceiras e Interdependências	3.632.570	-	3.632.570	CA
Operações de Crédito	Operações de Crédito	5.126.604	-	5.126.604	CA
	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	- 401.405	-	- 401.405	CA
Outros Créditos	Créditos por Avais e Fianças Horados	14.139	-	14.139	CA
	Provisão para perdas esperadas	- 11.983		- 11.983	CA
	Provisão para perdas esperadas	- 247	247	-	CA
	Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	-	884	884	CA
	CPRF	-	3.722.968	3.722.968	CA
	Provisão para perdas esperadas	-	- 60.098	- 60.098	CA
Outros Ativos Financeiros	Outros Ativos Financeiros	47.828	- 1.131	46.697	CA
Total Ativos Financeiros		12.713.848	- 27.791	12.686.057	



Nomenclatura em 31/12/2024	Passivo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remunerações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	Depósitos	6.648.290	14.070	6.662.360	CA
	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipot., Créd. e Similares	3.500.082	-	3.500.082	CA
	Relações Interfinanceiras	786.383	-	786.383	CA
	Relações de Interdependência	14.070	- 14.070	-	CA
Demais Instrumentos Financeiros	Perdas Esperadas - Garantias Financeiras Prestadas	20.059	-	20.059	CA
Total Ativos Financeiros		10.968.884	-	10.968.884	

(1) Referem-se às perdas de crédito esperadas e aos ajustes ao valor justo de ativos financeiros reclassificados entre as categorias de mensuração conforme os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/21.

5 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	2025
Disponibilidades	17.406
Relações interfinanceiras (i)	5.135.891
	5.153.297

i) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao Sicoob SP como determinado no art. 3º, da Resolução CMN nº 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, cujos rendimentos auferidos no exercício de 31 de dezembro de 2025 registrados em contrapartida à receita de "Ingressos de Depósitos Intercooperativos", com remuneração média de 100 % do CDI (2024 - 100 % do CDI), foram respectivamente:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	2025	
	2º Semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	351.060	592.485

6 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários e Relações Interfinanceiras

Os ativos financeiros são compostos pelos recursos provenientes aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros, sendo mensurados por categorias, conforme apresentados abaixo:

6.1 Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Composição dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

	Valor contábil bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido
Títulos Públicos Federais (a)	452		452
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (b)	23.929		23.929
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	24.381		24.381

a) Referem-se a LFT - Letra Financeira do Tesouro com remuneração média de 99,90 % do CDI.

b) Referem-se à aplicação em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI no Banco Sicoob com remuneração média de 25,35 % do CDI.

6.2 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Valor contábil bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	260.859		260.859
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	260.859		260.859

Referem-se a aplicação em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI no Banco Sicoob com remuneração média de 99,72 % do CDI.

Não houve ganhos ou perdas ou ajustes reconhecidos no resultado decorrente da baixa de ativos financeiros classificados na categoria valor justo em outros resultados abrangentes.

6.3 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Valor contábil bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido
Participações de Cooperativas	349.560		349.560
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	349.560		349.560

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima, estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falharem no teste de SPPJ.

Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 01/04/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das "Atividades de Investimento", tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sicoob Cocred efetuou aporte de capital no montante de R\$ 43.112 e R\$ 33.441, na Sicoob São Paulo e no BANCOOB, respectivamente.



Em 2025, foram recebidas sobras nos montantes de R\$ 24.735 e R\$ 27.926 pelo Sicoob São Paulo e BANCOOB, respectivamente. Adicionalmente, houve o recebimento de dividendos da Sicoob Seguradora no montante de R\$ 10.683. (Nota 30)

As participações de Cooperativas estão constituídas por:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Valor contábil bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido
Cooperativa Central de Crédito - Sicoob SP	200.437		200.437
Banco Cooperativo Sicoob	148.982		148.982
Outras participações	141		141
Participações de Cooperativas	349.560		349.560

Não houve ganhos ou perdas ou ajustes reconhecidos no resultado decorrente da baixa de ativos financeiros classificados na categoria valor justo.

6.4 Composição dos Ativos Financeiros por Faixa de Vencimento

a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Saldo em 21/12/2025
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		79.441	205.347	284.788
Total		79.441	205.347	284.788

b) Títulos e Valores Mobiliários:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Saldo em 21/12/2025
Títulos Públicos Federais			452	452
Participação de Cooperativas			349.560	349.560
Total			350.012	350.012

6.5 Resumo da Carteira Consolidada por Categoria de Mensuração

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Valor contábil bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (Nota 6.1)	24.381		24.381
Ativos Financeiros Mensurados ao VJORA (Nota 6.2)	260.859		260.859
Ativos Financeiros Mensurados ao VJR (Nota 6.3)	349.560		349.560
Total	634.800		634.800

A Cooperativa classifica as mensurações a valor justo utilizando a hierarquia estabelecida na Nota 3.5, que reflete os modelos e inputs utilizados no processo de mensuração.

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas no Nível 2 da hierarquia, pois utilizam dados observáveis no mercado.

Os títulos e valores mobiliários referentes às participações em cooperativas de crédito estão classificados no Nível 3 do valor justo, uma vez que sua mensuração é baseada em informações não observáveis no mercado, tais como o valor patrimonial das entidades investidas.

6.6 Relações e Repasses Interfinanceiras

	2025
Centralização Financeira (Nota 5)	5.135.891
Depósitos de Poupança Rural	3.817
	5.139.709

6.7 Resultado de Operações com Ativos Financeiros

a) Resultado das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

	2º Semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (21.3)	9.247	17.644
	9.247	17.644

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários:

	2º Semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Rendas de Títulos de Renda Fixa (Nota 21.2)	1.655	10.766
	1.655	10.766

6.8 Classificação por Estágio

Abaixo a classificação das Aplicações Interfinanceira de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários em estágios, conforme descrito nas principais políticas contábeis Nota 3.8:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	284.788		
Títulos Públicos Federais	452		
Participações de Cooperativas	349.560		
	634.800		

**7 Operações de Crédito e Outras Operações com Características de Concessão de Crédito**

Abaixo, a composição da carteira de crédito mensurados ao custo amortizado:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Operações de Crédito Custo Amortizado	Valor contábil bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido
Empréstimos	2.791.529	(424.023)	2.367.506
Direitos Creditórios Descontados	146.742	(5.432)	141.310
Adiantamento a Depositantes	6.531	(4.736)	1.795
Cheque Especial	268.253	(46.072)	222.182
Financiamentos	295.531	(20.839)	274.692
Financiamentos Rurais (Nota 7.1)	1.711.220	(10.056)	1.701.164
Total – Operações de Crédito	5.219.805	(511.158)	4.708.647
Outras Operações com Características de Concessão de Crédito – Custo Amortizados			
Créditos por Avais e Finanças Honradas	23.699	(17.482)	6.217
CPRF	3.627.881	(107.867)	3.520.014
Ativos não Financeiros – Concessão de Crédito	15.406	(128)	15.278
Total – Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	3.666.985	(125.477)	3.541.508
Total	8.886.791	(636.635)	8.250.156
Ativo circulante	3.905.734	(304.333)	3.601.401
Ativo não circulante	4.981.056	(332.301)	4.648.755

A cooperativa não possui na carteira de crédito contratos mensurados ao Valor Justo no Resultado e Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes.

7.1 Abertura dos Financiamentos Rurais

Abaixo está demonstrado a abertura dos financiamentos rurais, incluindo o direcionamento de recursos para aplicação no crédito rural:

	Total saldo contábil bruto
Financiamentos com Recursos Próprios	52.013
Financiamentos com Recursos Direcionados à Vista	56.560
Financiamentos com Recursos Direcionados da Poupança Rural	369.447
Financiamentos com Recursos Direcionados de LCA	1.170.386
Financiamentos com Recursos de Fonte Pública	62.812
Total	1.711.220

Apresentamos o demonstrativo de exigibilidade LCA:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Passivo	Saldo Médio
Saldo Médio Aplicações em LCA (Cooperados)	4.020.592
Redutor de Cálculo Sobre o PR	(43.496)
Total da Média do Mês	3.977.096
(60%) Direcionamento para Operações de Crédito Rural	2.386.258
Ativo	Saldo Médio
MédioCrédito Rural / Repasse LCA	1.090.755
Crédito Rural – CPRF (Limitado a 55% do direcionamento)	1.312.442
Crédito Rural Repasse (Origem Poupança)	176.656
Total de Cumprimento – MCR 6-7	2.579.852
Resumo	Saldo Médio
Direcionamento para Operação de Crédito Rural	(2.386.258)
Saldo Médio (Operações Elegíveis)	2.579.852
Cumprimento Exigibilidade	193.595

Os custos diretos relacionados ao cumprimento da exigibilidade de aplicação em crédito rural vinculada à LCA referem-se, substancialmente, ao custo de captação das LCAs emitidas. Não há custos adicionais relevantes ou específicos decorrentes exclusivamente da observância da exigibilidade, considerando que a cooperativa já possui volume de carteira rural suficiente para atendimento dos percentuais mínimos estabelecidos no MCR 6-7 e na Resolução CMN nº 5.216/2025.

Os custos indiretos estão relacionados às rotinas operacionais, controles internos, acompanhamento regulatório e reportes ao Banco Central do Brasil, não havendo impacto financeiro adicional significativo.

No período em referência, não houve descumprimento da exigibilidade de aplicação em crédito rural vinculada à LCA, não sendo registrados custos, penalidades ou recolhimentos adicionais. Abaixo apresentamos o demonstrativo de exigibilidade do depósito à vista:

Base de Cálculo Safra 25/26	Saldo Médio
Saldo Médio Diário – Depósito à Vista	939.442
(-) Redutor de Cálculo	(9.428)
Total Média	930.013
Exigibilidade (6%)	55.801



*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Direcionamento	Saldo Médio Real 31/12/25	Saldo Médio Projetado 30/06/26	A Cumprir
PRONAMP (50%)	6.114	19.229	17.836
PRONAF (35%)	16.004	19.530	
DEMAIS (15%)	3.959	8.370	

Os custos diretos se devem que, diante da indisponibilidade de operações elegíveis em volume suficiente em atender integralmente ao direcionamento dos recursos para operações de crédito elegíveis de Pronaf (35%), conforme Resolução CMN nº 5216/2025, a cooperativa realizou aplicação financeira CDI exigibilidades junto ao Banco Sicoob, para fins de cumprimento da exigibilidade. A referida aplicação apresentou taxa de remuneração inferior às praticadas em operações de mercado, gerando custo de oportunidade.

Os custos indiretos estão relacionados às rotinas operacionais, controles internos, acompanhamento regulatório e reportes ao Banco Sicoob, não havendo impacto financeiro adicional significativo.

No período em referência, não houve descumprimento da exigibilidade de aplicação em crédito rural vinculada ao depósito à vista, não sendo registrados custos, penalidades ou recolhimentos adicionais.

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Composição da Carteira de Crédito por Tipo de Produto, Cliente e Atividade Econômica da Carteira de crédito					
	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	Saldo em 31/12/2025	% da Carteira
Setor Privado Comércio	560.147	32.539	321.109	913.794	17,51%
Setor Privado Indústria	316.506	15.159	341.665	673.330	12,90%
Setor Privado Serviços	1.309.479	161.824	229.838	1.701.141	32,59%
Pessoa Física	963.271	73.997	693.016	1.730.284	33,15%
Outros	63.814	12.013	125.591	201.418	3,86%
Total	3.213.217	295.531	1.711.220	5.219.967	100%

7.3 Operações Renegociadas

As operações renegociadas estão assim compostas:

	Saldo em 31/12/25
Operações Renegociadas	1.472.836

Os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito estão classificados conforme a nota 7.5, e sua respectiva provisão na nota 8.:

7.4 Resultado de Operações de Crédito

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	2º Semestre (6 meses)	2025 Exercício (12 meses)
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	2.203	3.985
Rendas de Empréstimos	287.962	538.948
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	16.006	32.347
Rendas de Financiamentos	31.947	63.930
Rendas de Rurais – Recursos Livres	4.432	7.773
Rendas de Rurais – Recursos Direcionados à Vista	2.509	8.107
Rendas de Rurais – Recursos Direcionados da Poupança Rural	27.529	30.338
Rendas de Rurais – Recursos Direcionados de LCA	88.098	181.071
Rendas de Rurais – Recursos de Fontes Públicas	3.285	6.778
Rendas de Créditos Por Avais e Fianças Honrados	384	669
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	68.763	92.094
Rendas de Títulos com Características de Concessão de Crédito	314.262	599.808
Rendas de Crédito por Venda a Prazo de Ativos não Financeiros	1.243	2.341
(-) Operações de Crédito – Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(6.041)	(12.091)
	842.582	1.556.098

7.5 Classificação por Estágios

As operações de crédito, Outras Operações com Características de Concessão de Crédito e Garantias Prestadas estão compostas nos estágios abaixo:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Adiantamentos a Depositantes		831	5.701	6.531
Direitos Creditórios Descontados	135.645	3.750	7.347	146.742
Empréstimos	2.283.383	105.858	670.542	3.059.782
Financiamentos	264.856	7.320	23.355	295.531
Financiamentos Rurais	1.697.408	3.559	10.253	1.711.220
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito (a)	15.283		23.822	39.105
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F) (b)	3.428.108	42.737	157.036	3.627.881
Total Operações de Crédito e outros créditos	7.824.682	164.054	898.055	8.886.791
Garantias Financeiras Prestadas (c)	449.586	11.750	15.811	477.148
Total	8.274.268	175.804	913.866	9.363.938



a) Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito são compostos por Créditos por avais e fianças e Créditos por venda a prazo de ativos não financeiros.

b) Títulos com Característica de Concessão de Crédito são compostos por CPRF (cédula de produto rural financeiro).

c) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa que são registrados em contas de compensação e provisão é registrada no passivo (Nota 18.4).

A cooperativa conta com 15 grupos homogêneos de risco, distribuídos em 5 carteiras. Cada carteira abrange operações classificadas nos três estágios de risco previstos na regulamentação. A classificação por vencimento está apresentada na nota 7.6 a.

7.6 Concentração das Operações por Modalidade, Maiores Devedores e Faixas de Vencimento

a) Composição das operações por faixa de vencimento:

	A vencer até 90 dias	A vencer até 91 a 360 dias	A vencer acima de 360 dias	Vencido a partir de 15 dias	Total
Adiantamentos a Depositantes	456			6.075	6.531
Direitos Creditórios Descontados	117.500	20.643		8.598	146.742
Empréstimos	491.532	736.013	1.713.508	118.729	3.059.782
Financiamentos	32.772	82.957	174.832	4.970	295.531
Financiamentos Rurais	244.660	659.273	801.231	6.056	1.711.220
Garantias Financeiras Prestadas	40.792	248.827	183.299	4.230	477.148
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	1.033	701	14.582	22.789	39.105
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F)	369.720	899.488	2.288.796	69.877	3.627.881
Total Operações de Crédito e outros créditos por faixa de Vencimento	1.298.465	2.647.903	5.176.246	241.324	9.363.938

b) Composição dos Maiores Devedores:

	Saldo em 31/12/2025	% da Carteira
Maior Devedor	171.396	1,84%
10 Maiores Devedores	1.258.993	13,49%
50 Maiores Devedores	3.345.784	35,83%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

7.7 Movimentação em Estágios das Operação da Carteira Bruta Concentração das Operações por Modalidade, Maiores Devedores e Faixas de Vencimento

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo Inicial	8.509.826	349.032	465.720	9.324.578
(-) Transferido para Estágio 1	(5.028.296)	(27.896)	(2.713)	(5.058.905)
(-) Transferido para Estágio 2	(89.439)	(12.956)	(30.696)	(133.091)
(-) Transferido para Estágio 3	(184.473)	(133.952)	(154.126)	(472.550)
(-) Transferido para Estágio 1	5.028.296	89.439	184.473	5.302.207
(-) Transferido para Estágio 2	27.896	12.956	133.952	174.805
(-) Transferido para Estágio 3	2.713	30.696	154.126	187.535
(+) Aquisição	3.215.363	42.713	441.315	3.699.391
(+) Apropriação de Juros	318.646	9.964	4.690	333.300
(-) Liquidação	(2.150.353)	(147.845)	(170.427)	(2.468.624)
(-) Liquidação Parcial	(1.375.881)	(25.642)	(22.176)	(1.423.699)
(-) Baixa para prejuízo	(31)	(10.704)	(90.274)	(101.008)
Saldo Final	8.274.268	175.804	913.866	9.363.938

Os saldos incluem garantias financeiras prestadas.

7.8 Consolidação dos Estágios das Operações Carteira Bruta

Saldo Inicial	9.324.578
(+) Aquisição	3.699.391
(+) Apropriação de Juros	333.300
(-) Liquidação	2.468.624
(-) Liquidação Parcial	1.423.699
(-) Baixa para prejuízo	101.008
Saldo Final	9.363.938

Os saldos incluem garantias financeiras prestadas.

a) Na Tabela abaixo estão apresentadas as operações de crédito alocadas no terceiro estágio com 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias de atraso.

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor Vencido Entre 31 e 60 Dias			23.871	23.871



8 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Abaixo a composição dos estágios das Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito e para Garantias Financeiras Prestadas:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Adiantamentos a Depositantes		203	4.534	4.736
Direitos Criditórios Descontados	587	55	4.789	5.432
Empréstimos	48.938	13.284	407.873	470.095
Financiamentos	4.908	1.047	14.883	20.839
Financiamentos Rurais	3.774	190	6.104	10.069
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito (a)	43		17.567	17.610
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F) (b)	6.502	2.663	98.702	107.867
Total Provisão Operações de Crédito e outros créditos	64.753	17.442	554.452	636.648
Garantias Financeiras Prestadas (Nota 18.4)	2.376	947	10.602	13.925
Total	67.129	18.390	565.054	650.573

a) Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito são compostos por Créditos por avais e fianças e Créditos por venda a prazo de ativos não financeiros.

b) Títulos com Característica de Concessão de Crédito são compostos por CPRF (cédula de produto rural financeiro).

8.1 Movimentação em Estágios das Provisões

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito tiveram as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2025:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Provisão Inicial	94.162	50.113	322.100	466.375
(-) Transferido para Estágio 1	(56.310)	(6.931)	(2.344)	(65.586)
(-) Transferido para Estágio 2	(2.599)	(2.616)	(18.131)	(23.347)
(-) Transferido para Estágio 3	(8.341)	(20.604)	(221.566)	(250.511)
(-) Transferido para Estágio 1	56.310	2.599	8.341	67.251
(-) Transferido para Estágio 2	6.931	2.616	20.604	30.152
(-) Transferido para Estágio 3	2.344	18.131	221.566	242.040
(+) Constituição Novas Operações	28.062	5.632	244.331	278.025
(+) Constituição Aumento de Provisão	11.534	7.244	198.104	216.882
(-) Reversão Total	(26.908)	(17.867)	(3.612)	(48.387)
(-) Reversão Parcial	(38.053)	(17.833)	(127.891)	(183.777)
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	(3)	(2.095)	(76.448)	(78.545)
Provisão Final	67.129	18.390	565.054	650.573

Os saldos incluem garantias financeiras prestadas.

8.2 Consolidação dos Estágios das Provisões

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Provisão Inicial	466.375
(+) Constituição Novas Operações	278.025
(+) Constituição Aumento de Provisão	216.882
(-) Reversão Total	48.387
(-) Reversão Parcial	183.777
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	78.545
Provisão Final	650.573

8.3 Despesa com Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	2º Semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	203.477	367.595
Reversões de Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	51.202	67.400
Reversões de Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	10	32
Provisões para Operações de Crédito	(321.709)	(615.351)
Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	(78.726)	(158.822)
Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	(9.291)	(9.298)
	(155.036)	(348.444)

9 Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro 2025, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Circulante	Não circulante	Total
Rendas a Receber (Nota 9.1)	6.388		6.388
Devedores por Depósitos em Garantia (Nota 9.2)		22.717	22.717
Títulos e Créditos a Receber (Nota 9.3)	485		485
Total	6.873	22.717	29.591

9.1 Rendas a Receber estão registrados

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Circulante	Não circulante	Total
Rendas de Convênio	188		188
Rendas de Cartões	4.493		4.493
Rendas de Domicílio Bancário	1.466		1.466
Rendas de Poupança	142		142
Rendas de Transações Interfinanceiras	96		96
Outras Rendas a Receber	4		4
Total	6.388		6.388



9.2 Devedores por Depósito em Garantia

Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Circulante	Não circulante	Total
Interposição de Recursos Fiscais		22.541	22.541
Interposição de Recursos Trabalhistas		169	169
Outros Devedores por Depósito em Garantia		7	7
Total		22.717	22.717

9.3 Títulos e Créditos a Receber

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Circulante	Não circulante	Total
Valores a receber – Tarifas	52		52
Valores a receber – Aluguel SIPAG 2.0	433		433
Total	485		485

10 Ativos fiscais, correntes e diferidos

Em 31 de dezembro de 2025 os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Circulante	Não circulante	Total
IRPJ não compensado no próprio exercício	2.857		2.857
IRRF sobre comissões – a compensar	340		340
PIS – a compensar	128		128
IR retidos – a compensar	1.888		1.888
Outros Impostos e Contribuições a Compensar	621		621
Total	5.834		5.834

11 Outros ativos

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	13		13
Adiantamentos para Pagamentos de nossa Conta	1.916		1.916
Devedores Diversos – País (Nota 11.1)	2.402		2.402
Ativos em Estoque	150		150
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (Nota 11.2)	58.342	2.267	60.609
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda – Rec.	(16.534)	(323)	(16.857)
Despesas Antecipadas (Nota 11.3)	214		214
Total	46.548	1.944	48.492

11.1 Devedores Diversos

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Circulante	Não circulante	Total
Pendências a Regularizar	1.619		1.619
Diferença de Caixa	5		5
Pendências Avais			
Outros Devedores Diversos	779		779
Total	2.402		2.402

11.2 Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda

Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em “Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos”.

11.3 Despesa Antecipadas

Em Despesa Antecipadas estão registrados:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Circulante	Não circulante	Total
Prêmio de Seguros	214		214
Total	214		214

12 Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado. Em 31 de dezembro 2025, o imobilizado de uso estava assim composto:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	2025			%
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Imobilização em curso (a)	2.855		2.855	
Terrenos	8.252		8.252	
Móveis, utensílios e equipamentos	21.580	(9.003)	12.576	10
Sistemas de comunicação	579	(257)	322	10
Processamento de dados	27.111	(20.163)	6.948	20
Veículos	1.046	(817)	229	20
Sistemas de vigilância	4.398	(3.363)	1.035	20
Instalações	65.811	(36.432)	29.380	20
Edificações	41.576	(6.681)	34.895	4
Total	173.207	(76.716)	96.491	



(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

13 Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Em 31 de dezembro de 2025, o intangível estava assim composto:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.				2025
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
Softwares e Licenças	39.541	(28.629)	10.913	
Marcas e Patentes	25		25	
Total	39.567	(28.629)	10.938	

14 Instrumentos Financeiros

14.1 Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

14.2 Depósitos

Em 31 de dezembro de 2025, os depósitos estavam assim compostos:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.		2025
Depósitos à vista (a)		980.762
Depósitos de Poupança		3.817
Depósitos à prazo (b)		6.149.281
Outros Depósitos		8.337
		7.142.197
Passivo circulante		2.098.937
Passivo Não Circulante		5.043.260

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos à vista não são remunerados e os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base em um percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250 por CPF ou

CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/21. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios com operações de captação de mercado".

14.3 Concentração dos principais depositantes

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.			2025
Descrição	Valor	% Carteira	
Maior Depositante	251.449	2%	
10 Maiores Depositantes	1.503.093	13%	
50 Maiores Depositantes	3.358.351	30%	

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

14.4 Despesas com operações de captação de mercado

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.			2025
Descrição	2º Semestre	Exercício	
Despesas de Depósitos Poupança	(27)	(27)	
Despesas de Depósitos a Prazo (Nota 12)	(466.744)	(845.661)	
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA (Nota 15)	(305.284)	(543.520)	
Despesas de Letras de Crédito do Imobiliário - LCI (Nota 15)		(495)	
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(8.303)	(16.025)	
	(780.359)	(1.405.727)	

15 Outros Instrumentos de Dívida

Os outros instrumentos de dívida são compostos pelos recursos provenientes de emissões de letras e pelos instrumentos de dívida com cláusulas de subordinação, sendo mensurados ao custo amortizado, conforme apresentados abaixo:

15.1 Recursos por Emissões de Letras

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio - LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04)

Em 31 de dezembro de 2025, estavam assim compostas:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.		2025
Modalidade		
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA		4.383.702
		4.383.702
Passivo circulante		1.931.828
Passivo Não Circulante		2.451.874



Conforme Lei nº 11.076, esses títulos são isentos de imposto de renda para as pessoas físicas e também são garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop).

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários.

16 Repasses Interfinanceiros

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos cooperados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos cooperados beneficiados. (Nota 22)

Em 31 de dezembro de 2025, estavam assim compostos:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.		2025
Modalidade	Encargos financeiros (Taxa Anual)	Repasses Interfinanceiros
Custeio Agrícola	0,82% à 2,99%	162.794
	6,00% à 6,99%	7.618
	7,00% à 7,99%	16.202
	8,00% à 8,99%	44.053
	9,00% à 9,99%	557
	10,00% à 12,80%	95.915
	12,81% à 16,06%	285.716
	16,07% à 16,99%	1.351
Total		614.207
Passivo circulante		282.116
Passivo não circulante		332.091

As despesas com empréstimos e repasses, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025, registrados em contrapartida à “Dispêndios de Obrigações por Empréstimos e Repasses” (Nota 22), foram, respectivamente:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.		2025
Descrição	2º Semestre	Exercício
Dispêndios de Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 20)	(46.765)	(88.806)

Os montantes de longo prazo possuem a seguinte composição por ano de vencimento:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.		2025
2027		264.540
2028		28.791
2029		12.189
2030		16.662
2031		9.909
		332.091

17 Outros passivos financeiros

17.1 Outros Passivos

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Em 31 de dezembro de 2025, estavam assim compostos:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.		2025
Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 17.2)		9.582
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (Nota 17.3)		998
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas (Nota 17.4)		26.927
Outras Obrigações (Nota 17.5)		123.565
		161.072
Passivo circulante		
Passivo não circulante		151.716
		9.356

17.2 Obrigações por Empréstimos e Repasses

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.		2025
Empréstimos no País – Instituições Oficiais		9.582
		9.582
Passivo circulante		226
Passivo não circulante		9.356

17.3 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.		2025
Operações de Crédito – IOF		846
Municipais		51
Outras Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		101
		998
Passivo circulante		998
Passivo não circulante		

17.4 Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.		2025
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros		3.258
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros		798
Impostos e Contribuições sobre Salários		3.619
IRRF sobre Juros Capital		12.144
Outros Impostos		7.108
		26.927
Passivo circulante		26.927
Passivo não circulante		

**17.5 Outras Obrigações**

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de outras obrigações estão assim compostos:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.		2025
Sociais e Estatutárias (Nota 17.6)		110.367
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros		5.149
Credores Diversos – País (Nota 17.7)		4.821
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos		3.214
Recursos em Trânsito de Terceiros		14
		123.565
Passivo circulante		123.565
Passivo não circulante		

17.6 Passivos Sociais e Estatutárias

A seguir, a composição dos saldos de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.		2025
Provisão para Participações nos Resultados (a)		19.917
Cotas de Capital a Pagar (b)		46.294
FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (c)		44.157
		110.367
Passivo circulante		68.346
Passivo não circulante		42.021

a) A Participação dos empregados nos Resultados está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;

b) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

c) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

17.7 Credores Diversos

Os saldos em Credores Diversos – País referem-se:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.		2025
Pendências a Regularizar Banco Sicoob		256
Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação		293
Credores Diversos–Liquidação Cobrança		109
Diferença de Caixa		31
Créditos de Terceiros		2.414
Valor a Pagar de Honras pelos Fundos Garantidores		909
Pendências a Regularizar		647
Outros Credores Diversos – País		162
		4.821
Passivo circulante		4.821
Passivo não circulante		

18 Provisões

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de provisões estão assim compostos:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.		2025
Provisão para Contingências (Nota 18.1)		30.223
Provisão para Pagamento a Efetuar (Nota 18.3)		16.450
Provisões e outras Obrigações com Instrumentos Financeiros (Nota 18.4)		23.216
		39.666
Passivo circulante		69.889
Passivo não circulante		

18.1 Provisão para Contingências

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.		2025
PIS		2.457
COFINS		13.784
Trabalhistas		330
Cíveis		6.039
Outras Contingências		7.614
		30.223
Passivo circulante		
Passivo não circulante		30.223

18.2 Movimentação das Provisões para Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.



A Sicoob Cocred possui processos em andamento classificados como de possível perda que totalizam em 2025 o montante de R\$ 164.183 de processos cíveis, R\$ 1.119 de processos ambientais, R\$ 3 em processos tributários e não possui processos trabalhistas.

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18.3 Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	2025
Despesas de Pessoal	10.391
Custos de Transações Interfinanceiras	163
Seguro Prestamista	884
Despesas com Cartões	1.991
Valores a Pagar – Domicílio Bancário	1.066
Seguro	2
Compensação	197
Aluguéis	819
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	938
	16.450
Passivo circulante	16.450
Passivo não circulante	

18.4 Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros

Em provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros estão registrados:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	2025
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	9.291
Garantias Financeiras Prestadas (a)	13.925
	23.216
Passivo circulante	23.216
Passivo não circulante	

a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela Cooperativa, conforme determina a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021. A Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	2025
Coobrigações Prestadas	477.148

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

O capital é representado por quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	2025
Capital Social	1.149.890

A subscrição de capital ocorre quando o Cooperado ingressa na cooperativa, no ato de admissão, ou também pode ocorrer de forma voluntária. O capital integralizado pelos associados poderá ser remunerado até o valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). A forma da remuneração do capital social dar-se-á por meio de integralização em cotas-partes no capital social ou através de crédito em conta corrente de cada associado, a critério do Conselho de Administração. Nos casos de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotas-partes integralizadas, conforme condições definidas no estatuto social da Cooperativa.

19.2 Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e com a Lei nº 5.764/71, quando do encerramento do exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, a sobra líquida apurada terá a seguinte destinação:

- 35% para a Reserva legal, cuja finalidade é reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de assistência técnica, educacional e social – FATES destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e empregados do Sicoob Cocred;
- Juros sobre o capital integralizado de até o limite do índice percentual da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação de Custódia – SELIC;

Além destas destinações, a Lei no. 5.764/71 prevê que os resultados positivos das operações com atos não-cooperados serão destinados ao Fundo de assistência técnica, educacional e social – FATES; que a perda apurada no exercício será coberta com recursos provenientes da Reserva legal e, se insuficiente esta, mediante rateio, entre os cooperados e que a Assembleia Geral poderá criar outras reservas (fundos), inclusive rotativos, com recursos destinados para fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	2025
Sobras ou Perdas do Período antes das Destinações e dos Juros ao Capital	175.985
Reversão Resolução CMN 4.966/21	27.791
Reversão Fates	12.139
Sobras líquidas do exercício, base de cálculo das destinações	215.915
Destinações estatutárias:	
Juros sobre o capital distribuído	(126.316)
FATES – lucro de operações realizadas com não cooperados	
Reserva legal – 35 %	(31.360)
FATES – Fundo de assistência técnica, educacional e social – 5%	(4.480)
Sobras do exercício à disposição da Assembleia Geral	53.759



A Cooperativa distribuiu juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado em percentual limitado a 100% da taxa referencial SELIC para o exercício de 2025 e 2024. Os critérios para o pagamento obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Descrição	2025	
	2º Semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Juros ao Capital	(126.316)	(126.316)

19.3 Aprovação das destinações

A destinação das sobras do exercício sociais de 2024 foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 17 de março de 2025, foi deliberada a destinação do saldo de Sobras à disposição da assembleia para reserva legal, no montante de R\$ 47.064, para Capital social, no montante de R\$ 28.239 e o saldo remanescente, no montante de R\$ 18.826, foi distribuído aos associados.

Os valores apresentados nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido variam em decorrência da distribuição de sobras para associados desligados, cujos saldos são transferidos para cotas de capital à pagar.

20 Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971. No exercício de 2025, o resultado apurado foi negativo.

21 Receitas da Intermediação Financeira

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Descrição	2025	
	2º Semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	2.203	3.985
Rendas de Empréstimos	287.962	538.948
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	16.006	32.347
Rendas de Financiamentos	31.947	63.930
Rendas de Rurais – Recursos Livres	4.432	7.773
Rendas de Rurais – Recursos Direcionados à Vista	2.509	8.107
Rendas de Rurais – Recursos Direcionados da Poupança Rural	27.529	30.338
Rendas de Rurais – Recursos Direcionados de LCA	88.098	181.071
Rendas de Rurais – Recursos de Fontes Públicas	3.285	6.778
Rendas de Créditos Por Avais e Fianças Honrados	384	669
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	68.763	92.094
Rendas de Títulos com Características de Concessão de Crédito	314.262	599.808
Rendas de Crédito por Venda a Prazo de Ativos não Financeiros	1.243	2.341
(-) Operações de Crédito – Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(6.041)	(12.091)
	842.582	1.556.098

Em decorrência da Resolução nº 4966/21, apresentamos a suspensão do reconhecimento de receitas de juros em operações com atraso, alinhado às novas diretrizes contábeis.

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	2025	
	2º Semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Stop Accrual	(41.015)	(63.790)

21.2 Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	2025	
	2º Semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Rendas de Títulos de Renda Fixa (Nota 6.1)	1.655	10.766
	1.655	10.766

21.3 Resultado das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	2025	
	2º Semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (6.1 e 6.2)	9.247	17.644
	9.247	17.644

22 Despesas da Intermediação Financeira

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	2025	
	2º Semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Dispêndios de Captação no Mercado	(780.359)	(1.405.727)
Dispêndios de Obrigações Por Empréstimos e Repasses	(46.765)	(88.806)
	(827.125)	(1.494.534)

23 Despesa com Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	2025	
	2º Semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	203.477	367.595
Reversões de Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	51.202	67.400
Reversões de Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	10	32
Provisões para Operações de Crédito	(321.709)	(615.351)
Crédito Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	(78.726)	(158.822)
Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	(9.291)	(9.298)
	(155.036)	(348.444)



Relatório de Gestão 2025

24 Rendas de Tarifas

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Descrição	2025	
	2º Semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Rendas de Pacotes de Serviços – PF	1.164	2.321
Rendas de Serviços Prioritários – PF	401	761
Rendas de Serviços Especiais – PF	18	35
Rendas de Tarifas Bancárias – PJ	1.965	3.901
Rendas de Outras Tarifas – PJ	2.113	4.233
	5.662	11.251

25 Ingressos/ Receitas de Prestação de Serviços

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Descrição	2025	
	2º Semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Rendas de Cobrança	3.982	7.972
Rendas de Garantias Prestadas	380	992
Rendas por Serviços de Pagamento – Outros Serviços Relacionados a Tra	5.411	9.915
Rendas de Convênios	286	594
Rendas de Comissão de Outros Serviços	-	34
Rendas de Outros Serviços	1.100	2.127
Rendas de Comissão de Seguros	36	70
Rendas de Comissão de Previdência	-	5
Rendas com Outras Comissões Comerciais e sobre Serviços	6.355	12.684
Rendas de Tarifa Anuidade Cartão de Crédito	1.656	3.882
Rendas de Outras Tarifas de Cartões	93	156
Rendas de Tarifas de Intercâmbio	12.243	23.782
Rendas Aluguel Equipamentos de Transações de Pagamentos	2.633	5.174
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	2.420	4.161
	36.596	71.551

26 Despesas de Pessoal

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Descrição	2025	
	2º Semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Despesas de Honorários – Conselho Fiscal	(231)	(446)
Despesas de Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(3.977)	(7.755)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(11.076)	(21.630)
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	(11.037)	(20.550)
Despesas de Pessoal – Proventos	(29.559)	(56.402)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(499)	(967)
	(56.378)	(107.749)

Relatório de Gestão 2025

27 Outras Despesas Administrativas

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Descrição	2025	
	2º Semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Despesas de Água, Energia e Gás	(1.101)	(2.330)
Despesas de Aluguéis	(4.993)	(9.855)
Despesas de Comunicações	(2.449)	(4.903)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(5.874)	(9.739)
Despesas de Material	(426)	(849)
Despesas de Processamento de Dados	(5.241)	(10.193)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(1.055)	(3.702)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(2.834)	(5.960)
Despesas de Publicações	(60)	(120)
Despesas de Seguros	(228)	(520)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(5.153)	(10.273)
Despesas de Serviços de Terceiros	(964)	(1.973)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(4.613)	(9.243)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(10.416)	(20.308)
Despesas de Transporte	(711)	(1.532)
Despesas de Viagem no País	(466)	(922)
Despesas de Amortização	(3.891)	(7.779)
Despesas de Depreciação	(6.266)	(13.636)
Outras Despesas Administrativas (Nota 27:1)	(5.480)	(10.277)
	(62.221)	(124.112)

27.1 Outras Despesas Administrativas

Os saldos das outras despesas administrativas estão compostos:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Descrição	2025	
	2º Semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Livros Jornais e Revistas	(3)	(4)
Condomínio	(46)	(94)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(37)	(64)
Copa/Cozinha	(150)	(268)
Lanches e Refeições	(22)	(41)
Contribuição a OCE	(5)	(185)
Taxas da Junta Comercial	(1)	(3)
Ações Judiciais	(3.925)	(6.924)
Rateio de Despesa ADM do Sicoob – Confederação	(819)	(1.796)
Outras Despesas Administrativas	(473)	(899)
	(5.480)	(10.277)

**28 Despesas Tributárias**

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Descrição	2025	
	2º Semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Despesas Tributárias	(55)	(694)
Desp. Impostos s/ Serviços – ISS	(334)	(669)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(802)	(1.115)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(430)	(716)
	(1.620)	(3.194)

29 Outras Despesas Operacionais

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Descrição	2025	
	2º Semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(17.544)	(32.743)
Outras Contribuições Diversas		(44)
Perdas – Fraudes Externas	(619)	(636)
Perdas – Práticas Inadequadas	(67)	(210)
Perdas – Falhas em Sistemas de TI	(34)	(36)
Perdas – Falhas de Gerenciamento	(2)	(45)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(8.239)	(11.600)
Outras Despesas e Dispêndios Operacionais	(10.163)	(19.773)
	(36.668)	(65.087)

30 Outras Receitas Operacionais

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Descrição	2025	
	2º Semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Recuperação de Encargos e Despesas	2.476	6.128
Dividendos (Nota 6.3)	6.330	26.493
Distribuição de Sobras da Central (Nota 6.3)		859
Atualização Depósitos Judiciais	32	65
Rendas de Repasses Interfinanceiros	1.114	1.939
Rendas Oriundas de Cartões de Crédito e Adquirência	8.183	17.194
Outras Rendas Operacionais	280	7.205
Rendas de Aluguéis	24	33
Juros ao Capital (Nota 6.3)	23.876	23.876
Juros ao Capital Recebido do Banco Sicoob (Nota 6.3)	12.117	12.117
	54.431	95.908

31 Despesas com Provisões

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Descrição	2025	
	2º Semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Provisões para Demandas Trabalhistas (Nota 18.1)	(27)	(121)
Provisões para Contingências (Nota 18.1)	(1.278)	(1.558)
Reversões de Provisões para Contingências (Nota 18.1)	145	9.565
Provisões para Garantias Prestadas (Nota 18.4)	(8.479)	(18.856)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas (Nota 18.4)	9.329	17.129
	(310)	6.159

32 Outras Receitas e Despesas Não Operacionais

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Descrição	2025	
	2º Semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Valorização de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda Recebidos		22
Lucros na Alienação de Ativo não Financeiro Mantidos para Venda Recebidos	19	19
(-) Prejuízo na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos Para a Venda Recebidos	(288)	(636)
Desvalorização de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda	(17.001)	(17.591)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(726)	(1.595)
(-) Outros Desconto Concedido – Operações Renegociadas	(109)	(109)
	(18.105)	(19.889)

33 Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 foram identificados os eventos considerados “resultados não recorrentes” conforme a seguir:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Descrição	2025	
	2º Semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Desvalorização de Ativos Não Financeiros (BNDU)	(17.001)	(17.569)
Recuperação de Créditos Tributários	7	7.059
Resultado na Venda de Ativos Não Financeiros (BNDU)	(270)	(617)
	(17.263)	(11.127)

34 Partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 07/10/2010).



Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal. As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

34.1 Pessoal chave da administração

34.1.1 Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos trabalhistas que, no semestre findo em 31 de dezembro de 2025, montaram a R\$ 10.979.

34.1.2 Saldos e transações com o pessoal chave da administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

O pessoal-chave de administração inclui os conselheiros e diretores, anualmente são deliberados os montantes de remuneração, benefícios e plano de previdência complementar na Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento à Lei 5.764/1971 art.44.

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	2025
a) Principais saldos	
Ativo	
Operações de crédito e outros créditos - circulante	130.037
Operações de crédito e outros créditos - não circulante	324.996
Passivo	
Depósitos a vista - circulante	21.512
Depósitos a prazo, LCA e LCI - não circulante	672.692
Patrimônio Líquido	
Capital social	59.546
Novos Aportes de Capital	713
	2025
b) Principais saldos	
Ingresso com operações de crédito e outros créditos	54.958
Dispêndio com captação	76.808
Juros ao capital	6.315

35 Cooperativa Central – Sicoob São Paulo

O Sicoob Cocred, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

35.1 Atribuições estatutárias

O Sicoob São Paulo tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômicos financeiros e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas emitidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao Sicoob São Paulo a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação de suas filiadas, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

35.2 Saldos e transações com o Sicoob São Paulo

35.2.1 Principais saldos

	2025
a) Principais saldos	
Ativo circulante	
Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira (Nota 5)	5.135.891
Ativo não circulante	
Participações de Cooperativas (Nota 6.3)	200.437

35.2.2 Principais Resultados

	2025	
Descrição	2º Semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Resultado com Título de Renda Fixa (TVM) (Nota 6.1)	1.624	10.709
Resultado com Ingressos de Depósitos Intercooperativos (Nota 5)	351.060	592.485
Distribuição de sobras (Nota 30)	859	24.735
Aportes de capital	33.064	43.112

O Sicoob Cocred responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob São Paulo perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

36 Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955 de 21/10/2021, compatível com os riscos de suas atividades. Em dezembro de 2025, o índice foi de 16,86%. Os impactos da 4.966 no índice de basileia, está sendo forma faseada, conforme a Res. CMN nº 5.199/2024.



37 Benefícios a empregados

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

*Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Descrição	2025	
	2º Semestre (6 meses)	Exercício (12 meses)
Ajuda de Custo	(150)	(298)
Alimentação do trabalhador	(10.279)	(19.173)
Vale transporte	(5)	(10)
Auxílio Creche/babá	-	(600)
Contribuição Previdência Privada (i)	(469)	(811)
Seguro de Vida	(106)	(308)
Convênio Médico / Auxílios	(2.263)	(4.171)
Programas de Participação do Resultado	(16.510)	(16.522)
	(29.782)	(41.894)

(i) A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

38 Gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

38.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAo-pad) é a Abordagem do Indicador Básico.

38.2 Risco de crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;



k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

38.3 Risco de mercado e variação das taxas de juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;

b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado;

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos testes de estresse.

38.4 Risco de liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.



O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

38.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo

os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

38.6 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

38.7 Gestão de continuidade de negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;

b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;



- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

Mais detalhes sobre Gerenciamento de Riscos e de Capital da SICOOB COCRED e a Tabela OVA, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site <https://sicoobcocred.com.br/relacionamento/gerenciamento-de-riscos/>, seção "Gerenciamento de Riscos" / Relatório de Pilar 3.

38.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético. As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

A área de Risco Cibernético realiza monitoramentos essenciais, acompanha vulnerabilidades e incidentes cibernéticos, além de participar de fóruns específicos sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento de suas funções e para a proteção dos ativos digitais do Sicoob. Adicionalmente, são realizadas pesquisas periódicas da maturidade cibernética de todo o sistema Sicoob, o que possibilita a avaliação e a priorização de ações, medidas e controles para mitigação de riscos cibernéticos e de segurança da informação.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bienalmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

38.9 Impactos da Resolução nº 4.966

A Cooperativa adota integralmente as políticas e manuais sistêmicos de gerenciamento de riscos, formalmente aprovados e aderentes à regulamentação vigente. A gestão dos riscos de crédito, mercado e liquidez é aplicada à realidade da Cooperativa, com monitoramento periódico e observância aos limites definidos na RAS (Declaração de Apetite por Riscos).

As exposições são mensuradas e acompanhadas conforme metodologia sistêmica, incluindo risco de crédito, liquidez e mercado (sensibilidade a indexadores como CDI e IPCA), compatíveis com o porte e perfil operacional da Cooperativa. As informações constam nas demonstrações financeiras e são

complementadas pelo Book de Mercado e Relatório Pilar 3, este divulgado no site da cooperativa. Na data-base das demonstrações financeiras, os principais riscos (crédito, mercado e liquidez) encontram-se monitorados e enquadrados nos limites institucionais.

A divulgação ocorre de forma integrada entre RAS, Relatório Pilar 3 e políticas internas. Assim, entendemos que os requisitos estão atendidos, observados os princípios de materialidade, proporcionalidade e relevância.

GESTÃO DE ATIVOS E PASSIVOS SUJEITOS AO RISCO DE VARIAÇÃO DAS TAXAS DE JUROS NA CARTEIRA BANCÁRIA | 3214 SICOOB COCRED

Data do Risco: 31/12/2025							
Gestão de Ativos e Passivos Assets and Liabilities Management (ALM)	Valor Contábil (a)	Valor MtM (b)	Valor Futuro (c)	Duration	PV01 (k)	Taxa Contratada	EGL (b-a)
OPERAÇÕES ATIVAS	14.301.579.797	14.843.497.612	16.925.848.244	fev-27	(209)	-	541.917.815
S/R	343.095.336	343.095.336	343.095.336	jan-26	0		0
Disponibilidades	343.095.336	343.095.336	343.095.336	jan-26	0	-	0
PRÉ	1.983.383.607	2.110.757.782	2.174.491.329	fev-27	(209)		127.374.175
Aplicação DI	23.929.002	22.791.171	0	jun-26	(1)	-	(1.137.831)
Repasses Interfinanceiros	62.812.399	62.492.067	66.877.594	jul-26	(3)	12,09%	(320.332)
Aplicação CPR-F	55.290.595	57.082.631	63.206.921	out-26	(4)	17,55%	1.792.036
Capital de Giro	564.191.372	648.278.629	826.931.309	out-27	(103)	22,53%	84.087.257
Cheque Especial	251.334.807	256.360.250	0	jan-26	(7)	-	5.025.443
Empréstimos e Financiamentos	458.782.409	492.857.957	580.879.917	mar-27	(51)	20,41%	34.075.548
Financiamento Rural	567.043.023	570.895.077	636.595.588	out-26	(41)	14,76%	3.852.054
%CDI	11.945.366.923	12.357.551.339	14.370.333.025	mar-27	(0)		412.184.416
Aplicação DI	260.859.053	260.750.799	0	abr-27	(0)	-	(108.254)
Aplicação CPR-F	3.500.794.698	3.712.883.378	4.952.062.452	fev-28	0	100% + 3%	212.088.680
Centralização Financeira	5.051.590.020	5.051.590.020	5.054.375.015	jan-26	0	100% + 0%	0
Capital de Giro	1.343.994.356	1.429.812.341	1.857.974.087	dez-27	0	100% + 3,35%	85.817.985
Empréstimos e Financiamentos	741.554.963	812.429.395	1.124.064.007	mai-28	0	100% + 4,25%	70.874.432
Financiamento Rural	1.045.745.293	1.089.232.722	1.380.834.308	out-27	0	100% + 2,52%	43.487.429
Bens Não de Uso Próprio (BNDU)	828.540	852.684	1.023.156	jun-27	0	100% + 1,98%	24.144
TR	54.581	49.298	56.264	jan-27	(0)		(5.283)
Capital de Giro	54.581	49.298	56.264	jan-27	(0)	TR + 0,99%	(5.283)
%SELIC	29.679.350	32.043.857	37.872.290	mai-27	0		2.364.507
Aplicação LFT	452.215	452.011	0	mar-27	0	-	(204)
Capital de Giro	29.227.135	31.591.846	37.872.290	mai-27	0	100% + 6%	2.364.711



GESTÃO DE ATIVOS E PASSIVOS SUJEITOS AO RISCO DE VARIÇÃO DAS TAXAS DE JUROS NA CARTEIRA BANCÁRIA | 3214 SICOOB COCRED

Data do Risco: 31/12/2025

Gestão de Ativos e Passivos Assets and Liabilities Management (ALM)	Valor Contábil (a)	Valor MtM (b)	Valor Futuro (c)	Duration	PV01 (k)	Taxa Contratada	EGL (b-a)
OPERAÇÕES PASSIVAS	(12.107.529.498)	(12.094.059.800)	(12.848.137.777)	jun-26	48	-	13.469.698
S/R	(971.544.701)	(971.544.701)	(971.544.701)	jan-26	0		0
Depósitos à Vista (PF)	(316.079.452)	(316.079.452)	(316.079.452)	jan-26	0	-	0
Depósitos à Vista (PJ)	(655.465.249)	(655.465.249)	(655.465.249)	jan-26	0	-	0
PRÉ	(606.747.107)	(579.213.759)	(675.008.035)	fev-27	57		27.533.348
Captação LCA	(3.004.547)	(2.989.373)	(3.205.183)	jul-26	0	12,73%	15.174
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(603.742.559)	(576.224.386)	(671.802.852)	fev-27	57	9,80%	27.518.174
%CDI	(10.525.420.332)	(10.539.486.085)	(11.197.767.682)	jun-26	(9)		(14.065.754)
Captação RDC	(6.149.728.932)	(6.149.876.858)	(6.153.267.351)	jan-26	(0)	104,37% + 0%	(147.926)
Captação LCA	(4.375.691.399)	(4.389.609.227)	(5.044.500.331)	fev-27	(9)	103,45% + 0%	(13.917.828)
TR	(3.817.359)	(3.815.256)	0	jan-26	0		2.103
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(3.817.359)	(3.815.256)	0	jan-26	0	TR + 0%	2.103

39 Cobertura de seguros

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros relacionados a garantia de valores, benfeitorias em propriedades de terceiros e imóveis e veículos de propriedade da Sicoob Cocred.

Patrícia de Araujo Felipe
Contadora
CRC 1SP 296987/O-0

Ademir José Carota
Diretor Executivo Administrativo
(Responsável pela Contabilidade)

Comitê de Auditoria Resumo do Relatório 2º Semestre de 2025

Introdução

O Comitê de Auditoria do Sicoob Cocred – Cooperativa de Crédito é um órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração no que concerne ao exercício das suas funções.

O colegiado é composto por três membros nomeados e suas atribuições se encontram formalizadas em seu Regulamento, com última atualização aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de abril de 2024. Ainda, observam-se as disposições previstas no Estatuto Social e na Resolução CMN nº 4.910/2021.

Compete ao Comitê de Auditoria zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Sicoob Cocred; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente, auditoria cooperativa e da auditoria interna; e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

As avaliações do Comitê se baseiam nas informações recebidas da administração, dos auditores externos (auditoria independente e cooperativa), da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e em suas próprias análises.

Atividades do Comitê no Período

O Comitê de Auditoria, no cumprimento das exigências legais e regulamentares reuniu-se 12 (doze) vezes no período de 1º de julho de 2025 a 31 de dezembro de 2025, objeto de atas de reuniões ordinárias e extraordinárias, devidamente documentadas. Nas reuniões do Comitê foram abordados, em especial, assuntos relacionados à governança corporativa, auditoria interna, auditoria independente, auditoria cooperativa, gerenciamento de riscos, controles internos, contabilidade e ouvidoria.

O Comitê participou ainda, de reuniões com o Conselho de Administração e Comitê de Riscos.

Governança Corporativa

O Comitê fez o acompanhamento mensal das atas dos órgãos sociais e estatutários, e com base nas informações recebidas dos responsáveis pelas áreas operacionais da Cooperativa e nos trabalhos da Auditoria Interna, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento de legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Cooperativa.

Auditoria Independente e Auditoria Cooperativa

A PwC – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é a empresa de auditoria contratada para prestação de serviços de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras e a Moore Prisma Auditores Independentes é a empresa de auditoria contratada para prestação de serviços de auditoria cooperativa.

O Comitê mantém, com os auditores externos, um canal regular de comunicação para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos relevantes, de maneira que permita



aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras e dos relatórios financeiros.

Os trabalhos de Auditoria Independente sobre as demonstrações financeiras, desenvolvidos pela PwC e os trabalhos de Auditoria Cooperativa desenvolvidos pela Moore Prisma, foram considerados satisfatórios pelo Comitê de Auditoria, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria acompanhou a execução dos trabalhos da Auditoria Interna relativos ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025, verificando o relatório das atividades da auditoria interna e o acompanhamento do cumprimento da programação dos trabalhos previstos.

O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, adotando metodologia de trabalho compatível para atendimento dos objetivos. Os resultados desses trabalhos, apresentados nas sessões de trabalho do Comitê, não trouxeram a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da Cooperativa.

Controles Internos e Gestão de Riscos

O Comitê tomou conhecimento e avaliou os seguintes relatórios:

- Relatório de gerenciamento de riscos e capital;
- Relatório de gerenciamento de risco operacional;
- Relatório semestral das atividades da Ouvidoria;
- Relatórios mensais de Segurança Corporativa, acompanhando as ocorrências e as medidas preventivas e corretivas adotadas, com base nos registros diários referente as ocorrências de fraudes ou de tentativas de fraude;
- Relatório Semestral do Canal de Indícios de Ilícitude; e
- Relatório Semestral do Comitê de Ética.

O Comitê avalia positivamente a atuação dos trabalhos realizados pela área de Riscos, Controles Internos e Compliance. Os resultados da observância, apresentados nas sessões de trabalho do Comitê, não apresentaram a existência de riscos que possam afetar a solidez e a continuidade de negócios da Cooperativa.

O sistema de controles internos encontra-se adequado ao porte e à complexidade dos negócios da Cooperativa.

Conclusão

Com base nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, dos auditores da auditoria cooperativa, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e em suas próprias análises, o Comitê de Auditoria do Sicoob Cocred, avalia que as demonstrações financeiras, com data-base em 31 de dezembro de 2025, atendem adequadamente às normas e práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, razão pela qual, ponderadas suas responsabilidades em face das limitações decorrentes de escopo de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Sertãozinho – SP, 12 de março de 2026.

Hildebrando Camargo
Coordenador do Comitê

Gustavo Zanini Sverzut
Membro do Comitê

Ricardo Toniello
Membro do Comitê

COCRED
Mais parceria. Mais proximidade.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Cooperados
Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito (“Sicoob Cocred”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações das sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

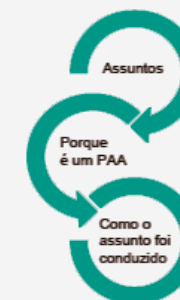
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sicoob Cocred, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase | Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2.1 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução no 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução no 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Porque é um PAA

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito (Notas 3.8 e 8)

A partir de 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução no 352 do Banco Central do Brasil (BCB) – as normas –, em substituição à Resolução no 2.682 do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece novos requerimentos para os instrumentos financeiros, e mais especificamente, para as perdas esperadas. Essas normas também trazem requerimentos sobre classificação e mensuração desses instrumentos, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, baseada em parâmetros de risco Probabilidade de Default (PD), LGD – perda dado o default e EAD – exposição no momento do default), bem como regras de ativo problemático, aumento de risco, reestruturação, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros.

Especificamente para a determinação da metodologia de mensuração da perda esperada associadas ao risco de crédito, a Administração da Sicoob Cocred utiliza o racional técnico desenvolvido pela Líder do Conglomerado Prudencial do Sicoob, isto é, o Banco Sicoob, considerando o requerimento da Resolução nº 352 que menciona que cabe à instituição líder definir e documentar os critérios contábeis consolidados do conglomerado, garantindo a adaptação dos sistemas e planos de contas supracitadas.

Neste contexto, a metodologia desenvolvida pela instituição líder, envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração da Sicoob Cocred e do Banco Sicoob e considera, para os parâmetros de risco (PD, LGD e EAD), dentre outros elementos, a utilização de premissas comportamentais históricas e a elaboração de estimativas que incorporam fatores internos e externos, tais como qualidade do crédito, situação econômica e financeira, garantias, segmento e cenários econômicos. Para além da metodologia dos parâmetros de risco, isto é, acerca dos requerimentos mínimos da norma (aumento significativo de risco, cura, reestruturação, dentre outros), a instituição líder também utiliza premissas que envolvem dados históricos e estimativas comportamentais para desenvolvimento dos estudos técnicos dos temas mencionados. Dessa forma, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em relação as normas, avaliamos os processos adotados pelo Banco Sicoob para a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, com foco nos novos modelos de provisão para perdas. Realizamos entendimento e testes substantivos relevantes na apuração e reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito, contemplando substancialmente os seguintes processos: (i) dados significativos utilizados pelos modelos; (ii) existência e mensuração das garantias na determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito; (iii) aprovação e registro de operações renegociadas; (iv) processamento e contabilização das perdas estimadas; (v) conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vi) elaboração das notas explicativas.

Para as estimativas de perda esperada, realizados testes substantivos, contemplando substancialmente os seguintes procedimentos: (i) avaliação metodológica dos modelos dos parâmetros de risco; (ii) reperformance em base amostral dos parâmetros de risco; (iii) reperformance da marcação da perda esperada; (iv) avaliação de estudos técnicos acerca dos requerimentos mínimos da norma (ex.: aumento de risco, ativo problemático etc.); e (v) teste de classificação de operações por estágios.

Uma vez que o Banco Sicoob aplique estimativas de perda calculadas considerando a avaliação coletiva, efetuamos testes quanto ao processo de validação e aprovação dos modelos aplicados na determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Em base amostral, com o auxílio de nossos especialistas, testamos os referidos modelos, considerando os parâmetros desenvolvidos para as carteiras mais significativas, bem como a integridade da base de dados utilizada para os cálculos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, com base na Resolução no 4.966 do CMN, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Sicoob Cocred é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sicoob Cocred continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sicoob Cocred ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sicoob Cocred são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sicoob Cocred.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sicoob Cocred. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sicoob Cocred a não mais se manter em continuidade operacional.



Relatório de Gestão 2025

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 12 de março de 2026.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027654/F-4

Marcos Franco Botelho
Contador CRC 1SP249995/O-8



Parecer do Conselho Fiscal Sobre as Demonstrações Financeiras

Nós, membros do Conselho Fiscal da SICOOB COCRED COOPERATIVA DE CRÉDITO, nos termos do estatuto social e atribuições legais, após examinada as demonstrações contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Sobra do Exercício relativo ao período de 01 de janeiro de 2025 à 31 de dezembro de 2025, com base no parecer dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers – PwC emitido em 12 de março de 2026, conjuntamente às respectivas notas explicativas referente a responsabilidade da administração, declaramos que os atos refletem, fielmente, as escriturações contábeis das operações no âmbito administrativo e operacional, adequados em todos os aspectos relevantes por sua materialidade e somos de parecer favorável a apreciação e aprovação deste pelos associados na Assembleia Geral Ordinária.

Sertãozinho/SP, 13 de março de 2026.

Alberto Borges Junior, Conselheiro Fiscal Efetivo (Coordenador)
Marcelo de Felício, Conselheiro Fiscal Efetivo
Sílvio Lovato, Conselheiro Fiscal Efetivo

COCRED

Mais parceria. Mais proximidade.

SICOOB COCRED

cocred.com.br

   [cocred.oficial](#)

CENTRO ADMINISTRATIVO
ANTONIO EDUARDO TO

Relatório de Gestão 2025



2025

Ano Internacional
das Cooperativas

Cooperativas constroem
um mundo melhor